

# ENCONTRO NACIONAL CONHECER PARA PROTEGER

PROMOVER OS DIREITOS  
DAS CRIANÇAS E JOVENS LGBTI

COM ESPECIALISTAS NACIONAIS  
E INTERNACIONAIS  
SEMINÁRIO + WORKSHOPS

**6 DEZ 2018**  
CITEFORMA **LISBOA**

[www.casa-qui.pt](http://www.casa-qui.pt)

(+351) 96 008 11 11

Concurso para a seleção de projetos que visem promover a igualdade de género ou combater a discriminação com base na orientação sexual e identidade de género - 2017

APOIO



citeforma



Thornton  
Lisboa  
Mídias e Comunicação

ORGANIZAÇÃO



**CasaQui**

associação de solidariedade social



# ATAS DO ENCONTRO NACIONAL CONHECER PARA PROTEGER: PROMOVER OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS LGBTI

Lisboa | dezembro 2018

## ENCONTRO NACIONAL CONHECER PARA PROTEGER

PROMOVER OS DIREITOS  
DAS CRIANÇAS E JOVENS LGBTI

---

COM ESPECIALISTAS NACIONAIS  
E INTERNACIONAIS  
SEMINÁRIO + WORKSHOPS

**6 DEZ 2018**  
CITEFORMA LISBOA

[www.casa-qui.pt](http://www.casa-qui.pt)  
(+351) 96 008 11 11

Concurso para a seleção de projetos que visem promover a igualdade de género ou combater a discriminação com base na orientação sexual e identidade de género - 2017

APÓIO 

ORGANIZAÇÃO



**CasaQui**  
associação de solidariedade social



**9H00**  
BOAS-VINDAS

**9H30**  
SESSÃO DE ABERTURA  
Rita Paulos | Diretora Executiva da Casa Qui  
Teresa Fragesco | Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

**10H00**  
OS DIREITOS DAS CRIANÇAS LGBTI SOB A CONVENÇÃO  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA – DIREITOS HUMANOS,  
ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÉNERO  
Kirsten Sandberg | Jurista e Especialista em Direitos das Crianças (Universidade de Oslo, Noruega)

**10H30**  
A REALIDADE DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS E  
DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS LGBTI NA EUROPA  
Rubén Ávila | IGLYO - International Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer and Intersex  
LGBTQI Youth & Student Organisation  
Sarah Blakemore | Keeping Children Safe - Organização especializada em Boas Práticas e  
Políticas Institucionais na Proteção de Crianças (Reino Unido)  
Leigh Fontaine | The Albert Kennedy Trust - Organização que presta apoio a (jovens LGBTI  
sem-abrigo ou a viver em ambientes hostis (Reino Unido)

**11h45**  
INTERVALO

**12H15**  
A REALIDADE E OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS JOVENS LGBTI EM PORTUGAL  
Manuela Ferreira | AMPLOS - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género  
Fahim Cassam | rede ex aequo - associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes  
Catarina Rêgo Moreira | Casa Qui - Associação de Solidariedade Social

**13H30**  
ALMOÇO

**15H00**  
WORKSHOPS  
1. FAMÍLIA (AMPLOS + Kirsten Sandberg)  
2. ESCOLA (rede ex aequo + Rubén Ávila)  
3. ACOLHIMENTO DE JOVENS (Casa Qui + Sarah Blakemore)  
4. RESPOSTA DE EMERGÊNCIA (Casa Qui + Leigh Fontaine)

**16H30**  
INTERVALO

**17H00**  
PARTILHA DE TRABALHO EM GRUPO

**18H00**  
SESSÃO DE ENCERRAMENTO  
Margarida Alenso | Coordenação do Encontro "Conhecer para Proteger" (Casa Qui)  
Mária do Rosário Farmhouse | Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

## ÍNDICE

<b>SESSÃO DE ABERTURA</b> .....	4
Rita Paulos.....	4
<b>OS DIREITOS DAS CRIANÇAS LGBTI SOB A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA – DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÉNERO</b> .....	9
Kirsten Sandberg.....	9
<b>A REALIDADE DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS E DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS LGBTI NA EUROPA</b> .....	20
Rubén Ávila.....	21
Sarah Blakemore.....	27
Leigh Fontaine.....	34
<b>A REALIDADE E OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS LGBTI EM PORTUGAL</b> .....	48
Fahim Cassam.....	48
Manuela Ferreira.....	53
Catarina Rêgo Moreira.....	59
<b>WORKSHOPS</b> .....	72
Família.....	72
Escola.....	74
Acolhimento de Jovens.....	78
Resposta de Emergência.....	86
<b>SESSÃO DE ENCERRAMENTO</b> .....	88
Margarida Alonso.....	88
Maria do Rosário Farmhouse.....	89

## SESSÃO DE ABERTURA

### **Catarina Rêgo Moreira (Apresentação)**

Psicóloga Clínica do Gabinete de Apoio à Vítima para a Juventude LGBTI da Casa Qui

Bom dia a todas as pessoas presentes. Vamos tendo ainda algumas chegadas, mas para não atrasar mais vamos dar início a esta sessão de abertura deste encontro. Muito obrigada pela presença de todas as pessoas e das que, entretanto, vão chegar.

Cumpre-me informar que, por motivos infelizmente de saúde, a Doutora Teresa Fragoso que estaria prevista estar nesta sessão de abertura não poderá estar.

Assim sendo, vamos iniciar com Rita Paulos, Diretora Executiva da Casa Qui que, também por motivos de saúde, infelizmente, não tem estado connosco presencialmente, mas deixou-nos um vídeo, portanto vamos ouvi-la e abriremos com ela este Encontro.

### **Rita Paulos**

Mestre em Estudos Culturais e Teoria Crítica, pela Universidade de Nottingham, com dissertação em estudos de género, é especialista na área da igualdade de género, incluindo questões ligadas à orientação sexual e identidade ou expressão de género, com particular incidência nas áreas da juventude, do apoio comunitário e da educação, nas quais tem mais de quinze anos de experiência. Fundadora e ex-dirigente da rede ex aequo - associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes, trabalhou no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e na Federação Nacional das Associações Juvenis. Possui formação profissional certificada para Técnica de Apoio à Vítima (TAV), em Violência Doméstica: Prevenção da Vitimização e Revitimização e em Violência Doméstica entre Casais do Mesmo Sexo.

Bom dia a todas as pessoas presentes neste encontro nacional “Conhecer para Proteger: Promover os Direitos das Crianças e Jovens LGBTI”. Eu gostaria de começar por saudar a Senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, a Dr.ª Teresa Fragoso. É sempre uma honra e um prazer contar com a sua presença nos momentos mais importantes da

Casa Qui. Adicionalmente, sem o financiamento da CIG [Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género] não estaríamos hoje aqui em reunião para falar de um tema tão importante.

Saúdo também a Senhora Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Dr.<sup>a</sup> Maria Rosário Farmhouse, e toda a sua equipa presente hoje que colaborou connosco ao longo das últimas semanas. A Comissão Nacional é uma parceira de importância vital nas metas que a Casa Qui pretende alcançar, de exponenciar e de capacitar todas as equipas de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens locais com as competências e capacidades de exercício da prevenção e intervenção em prol dos direitos e proteção das crianças e jovens que são lésbicas, gays, bissexuais, trans ou intersexo. Como entidade com responsabilidade nas políticas públicas deste setor é gratificante e fonte de esperança vê-la envolvida desta forma nos temas sobre os quais vamos conversar hoje.

Efetivamente as crianças e jovens LGBTI são dos grupos mais vulneráveis da população. Falamos de características muitas vezes incompreendidas e rejeitadas atingindo o âmago destas crianças e jovens seja de forma direta ou indireta. A situação de isolamento acontece ser por vezes brutal. O silêncio acontece na família, na escola, nas amizades, porque a visibilidade é um risco, a vivência plena e expressão de quem são é um risco. E quando conhecida a orientação sexual, identidade ou expressão de género e isso gera discriminação ou violência, a perceção de garante de apoio e proteção é baixa, remetendo estas crianças e jovens novamente para o isolamento e a invisibilidade. Precisamos de mudar esta situação tanto tornando inequívoco que a violência e exclusão por estes motivos é inaceitável nos espaços onde as crianças e jovens vivem, como tornando claro que somos, enquanto pessoas adultas e com responsabilidades, um elemento protetor, conhecedores e conhecedoras das suas especificidades e desafios. Mas não é só neste aspeto que precisamos de conhecer para proteger, como nos lembra o título do nosso encontro. O que é ser lésbica, gay, bissexual, trans ou Intersexo ainda é alvo de dezenas de mitos e preconceitos que de forma advertida, ou inadvertida, medeiam as intervenções com a população juvenil e infantil LGBTI. São necessárias competências técnicas, conhecimentos rigorosos e científicos, mas também um trabalho claro sobre as nossas atitudes e valores enquanto profissionais e os seus efeitos nas nossas práticas, para garantir procedimentos éticos e ajustados. Acredito cabalmente que “conhecendo” estas barreiras se dissiparão porque tantas ideias pré-concebidas e estereotipadas sobre estes temas serão desconstruídas, assim como

este segmento de crianças e jovens deixará de ser um grupo estranho, distante, invisível e invisibilizado. Os receios de falta de competência e de adequação que nos foram transmitidos quando a Casa Qui efetuou em 2014 o seu estudo diagnóstico com as CPCJs [Comissões de Proteção de Crianças e Jovens] de Lisboa e Vale do Tejo podem e devem ser aliviados com a partilha de conhecimentos especializado de pessoas e entidades tais como temos o privilégio hoje de contar no nosso encontro.

A Casa Qui teve a possibilidade de criar em 2016 o seu Gabinete de Apoio à Vítima para a juventude LGBTI em resposta aos receios de revitimização destas crianças e jovens nas respostas generalistas, que levam a taxas de facto muito baixas de pedido de ajuda. Mas também para fornecer apoio, consultoria, formação e receber reencaminhamento de parte das entidades no terreno que trabalham com jovens e crianças ou têm responsabilidades na promoção da sua proteção.

Exortamos então a “conhecer para proteger”. Estamos ao vosso dispor para fazer deste um trabalho conjunto que permita diminuir os valores mais elevados de baixa autoestima, depressão, suicídio, insucesso e abandono escolar, vulnerabilidade financeira e social ou até mesmo situação de sem abrigo destas crianças e jovens LGBTI em relação aos seus pares por motivo de violência homofóbica ou transfóbica, seja na família, na escola ou na sociedade em geral.

Exortamos que efetuem um trabalho que permita a estas crianças e jovens ter acesso em plena igualdade de oportunidades aos recursos e apoio que necessitem para estarem em segurança, para recuperarem da violência e abuso que sofreram e para quando aquela que esperariam ser a sua rede de suporte falhar, estejamos nós lá a permitir que se ergam e encontrem a sua autonomia e autoestima.

As crianças e jovens são o futuro. É um *cliché*, mas não deixa de ser verdade. As crianças e jovens LGBTI são também o nosso futuro e merecem tanto quanto as outras florescer, serem felizes sendo elas próprias e alcançar o seu maior potencial, contribuindo para o bem-estar coletivo, porque esse bem-estar também lhe foi fornecido. Não posso deixar de lembrar que a importância do trabalho nestes temas tem sido salientada nos últimos anos por organismos

internacionais. Em 2015, o Gabinete dos Direitos Humanos do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas afirmou sobre os jovens LGBTI e o reconhecimento e proteção dos seus direitos o que eu vos passo a ler: “Os estados devem atuar de forma a proteger todas as crianças e jovens adultos da violência e assegurar a existência de sistemas de proteção das crianças e jovens e de sistemas de apoio eficaz, incluindo abrigos e outros mecanismos de segurança para aqueles e aquelas que necessitem de proteção. (...) A saúde e o bem-estar de todas as crianças e jovens adultos devem ser protegidos, incluindo acesso garantido a serviços de saúde não discriminatórios e a uma educação sexual completa e por via da proteção dos direitos de todas as crianças e jovens adultos à sua identidade, autonomia integridade física e psicológica. (...) Também apelamos a que as instituições de direitos humanos e dos direitos das crianças cumpram os seus mandatos e façam a sua parte de protegê-las da violência e da discriminação”, fim de citação.

Também o Conselho de Europa incluiu a não discriminação e a igualdade de oportunidades das crianças e jovens LGBTI como uma área prioritária para a “Estratégia pelos Direitos da Criança 2016-2020”, que poderão encontrar nas vossas pastas. Em Portugal temos, em particular, pela primeira vez, o Plano Nacional de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, da Identidade de Género, da Expressão de Género e Características Sexuais que pode e deve ser utilizado como instrumento de validação e orientação para o trabalho.

Quero agradecer às pessoas convidadas de hoje por terem aceite o nosso convite, nomeadamente a Kirsten Sandberg, a Rubén Ávila da IGLYO, a Sarah Blakemore da Keeping Children Safe, a Leigh Fontaine da Albert Kennedy Trust, à Manuela Ferreira da AMPLOS e ao Fahim Cassam da rede ex aequo. Que painéis de luxo e que privilégio contar com o vosso conhecimento e partilha. É com muito entusiasmo e orgulho que vos recebemos.

Quero renovar o agradecimento à CIG, entidade financiadora que valorizou o projeto de execução deste Encontro Nacional, à Citeforma por todo o apoio logístico e colaboração aberta e pronta de Marta Plácido, à *Thornton - Language and Communication* na pessoa de Benjamin Barclay, que tudo fez para tornar possível o serviço de tradução simultânea. Não menos importante, quero agradecer à equipa da Casa Qui envolvida na execução deste projeto, em particular às técnicas Margarida Alonso e Catarina Rêgo Moreira e à nossa equipa de estágio



que é composta por Julian Mendes, Bruno Brito e Sara Cintra. Deram o seu melhor para que o dia de hoje corra da melhor forma, apesar do meu contributo mais limitado à distância, mas sempre presente, por motivos de baixa médica, uma baixa que numa equipa pequena como a nossa faz sempre diferença. Têm sido incansáveis e, por esse motivo, o meu grande obrigada pelo vosso empenho e espírito de missão.

Por fim, quero agradecer a todas as pessoas participantes, estudantes ou profissionais, a título individual ou em representação de uma instituição como uma CPCJ, um Lar de Infância e Juventude, uma Câmara Municipal, uma Junta de Freguesia, um Instituto Público ou uma Organização Não Governamental. Sem a vossa presença nada disto faria sentido. Espero que o encontro de hoje preencha as vossas expectativas e que saiam daqui pessoas mais fortalecidas nesta missão de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens LGBTI. Muito obrigada pela vossa presença, desejo um excelente seminário e *workshop*.

# OS DIREITOS DAS CRIANÇAS LGBTI SOB A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA – DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÉNERO

## **Catarina Rêgo Moreira (Apresentação)**

Psicóloga Clínica do Gabinete de Apoio à Vítima para a Juventude LGBTI da Casa Qui

Vamos então, desta forma, dar início a este encontro e sem mais demoras, passar ao primeiro painel desta manhã. Antes de mais, embora não esteja presente, mas provavelmente estará a acompanhar a nossa emissão em direto através do *Facebook*, obrigada Rita Paulos pelas palavras de início, que são um mote de encorajamento para este dia que pretende realmente ser muito bom e sobretudo produtivo não só hoje, mas daqui para a frente.

Assim, passo a apresentar o próximo painel, intitulado “Os Direitos das Crianças e Jovens LGBTI Sob a Convenção dos Direitos da Criança - Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Género”.

## **Kirsten Sandberg**

Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Oslo, é especialista nos Direitos da Criança, com mais de 25 anos de experiência. Foi Presidente do Comité dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas. É autora do capítulo "The Rights of LGBTI Children under the Convention on the Rights of the Child" na obra *Human Rights, Sexual Orientation, and Gender Identity* (ed. Anne Hellum, Routledge, 2017).

Thank you so much for this introduction and for inviting me to this great event, which I really hope is going to be a success, because there is every need to put emphasis on the rights and the situation of LGBTI children and youth in all our countries I think.

So my background for talking about this was already mentioned by Catarina. I am a member of the Committee on the Rights of the Child in Geneva. I'm going to say a little about what that means and then I'm also a professor of Law at the University of Oslo. So we've also had the gender identity project at my university where I'm dealing with the law aspects of it.

The United Nations Committee on the Rights of the Child is related to the Convention on the Rights of the Child [CRC] and it's the body that monitors states compliance with the CRC, with the convention and that means that we have to look into how all countries that have ratified the convention implement children's rights in their own countries. Almost all countries in the world, as you may know, have ratified the Convention on the Rights of the Child except the United States. So it's very widely ratified. In the committee we are eighteen, so called, independent experts. We come from many different countries around the world and we do not represent our own country in that committee. We meet in Geneva in Switzerland and we stay there for four weeks, three times a year, to deal with the reports from all the different states, because the states have an obligation to report to this committee every five years. Often they wait more than five years, but finally they give a report. And then, after we get that report, we get a lot of additional information from various organisations and from National Human Rights institutions and if there are children's ombudspersons in the country we get information from those. We get from UNICEF also. So we get a lot of information from most countries. At least, in Europe. We get a lot of information from other countries around the world also, unless they are a more authoritarian kind of country where there is not so much information to be given to the committee. After we got all this information, we have a dialogue with the states. So the government sends the delegation to Geneva and we discuss children's rights for a whole day with the delegation from the state. Finally, we give concluding observations with recommendations to what the states should do more or better in order to implement children's rights in their country.

This is the process that is going on in order to make the Convention on the Rights of the Child a living instrument actually at the grassroots in every country instead of just staying like something that the countries have ratified but they don't really do anything about. That's why we need to have this committee in Geneva that looks into whatever the government does. But, of course,

what we really need, also, is organisations like the one organising this, Casa Qui, and all the other organisations present here, to do things at the national level and to push the government to actually do what they are recommended to do by this committee.

The aspects of the LGBTI children under the Convention on the Rights of the Child have, of course, a lot to do with non-discrimination and linked to non-discrimination is the issue of violence, as we also just heard. Then there is the right to identity. The right to health. There is the question of to what extent children have self-determination when it comes to gender identity for instance. And then there is the issue, particularly, for intersex children about protection from unnecessary medical interventions, and I'm going to look into these. This is just an overview.

So then first to non-discrimination and violence. In the Convention on the Rights of the Child, which I call it CRC on the slide, article 2 says that states shall respect and ensure the rights in the Convention without discrimination of any kind. And then it says irrespective of and it lists various discrimination grounds. It doesn't mention sexual orientation or gender identity. But it does say "or any other status", which means almost anything could be covered and this has been interpreted by the Committee on the Rights of the Child to also include sexual orientation and gender identity. So it's very clear from the convention combined with the committee's work that these grounds for discrimination are covered. So it should be prohibited to discriminate on those grounds.

There is another article in the Convention that gives children a very wide protection from all forms of abuse, exploitation, negligence and so on. It says, it's article 19: "children have the right to freedom from". And it says a lot of words but it's actually "all forms of violence, including mental and sexual harassment".

Portugal was reviewed by the Committee on the Rights of the Child in 2014 and actually Portugal has reported again. I don't know how many of you are aware of the reporting process, but Portugal has given its state party report some time ago and some additional information has arrived from organisations. And we will actually have a meeting with Portuguese organisations, at the beginning of February, where at least some representatives of various organisations will

tell the Committee on the Rights of the Child about the situation of children with the varying gender identity and also sexual orientation. They will do this in a confidential meeting at the beginning of February. I don't know if any of you are involved in this but it's interesting for you to know, because if you want to provide the Committee with some information about the situation of these children and youth in your country, this is the time to do it actually. But, anyway, this was what we said to Portugal in 2014, so you can see it's around four or five years since that happened.

We said that the Committee is also concerned about discrimination against lesbians, gay, bisexual and transgender adolescents. So the Committee was concerned about this in your country, probably because we have got some information from some organisations or the national human rights institution or somebody. This was our concern and then the recommendation was to intensify efforts to ensure the effective elimination of any form of discrimination against, and then many groups of children were mentioned, but then lesbian, gay, bisexual and transgender adolescents, through, among other things, awareness raising campaigns and intercultural dialogue, especially at the community level and in schools. I think this is really crucial: what happens at the community level and in schools, because school is such a vital part of children's lives. Intercultural dialogue also is mentioned particularly. I thought it was interesting to look at the concluding observations on the recommendations to other countries in the same year. Actually, sexual orientation and gender identity were mentioned to 6 states. That was Hungary, Venezuela, Kyrgyzstan, Holy See, Portugal and Russia. But it was actually not mentioned to 10 other states: Croatia, Morocco, Fiji, India, Indonesia, Jordan, Saint Lucia, Congo, Germany and Yemen. And you may ask why do we have this difference, because I'm pretty sure everything is not okay for children with a different sexual orientation or gender identity in all those countries. This has a lot to do with the information that the Committee gets from other sources than the state itself. It also has to do with the Committee members actually being active and asking the questions. So we have to be very much aware of this ourselves.

I think it would be interesting for you to see now what was actually written in the general comments that we do produce in the Committee on the Rights of the Child. Up to now we've made 23 of them and number 20 was on adolescents because we saw that adolescents didn't

always have their rights implemented and the situation is different than from younger children. And, with adolescents, we mean from around ten and upwards. This is the wording, the actual wording, because I think you should see, I think it's pretty strong: "adolescents who are lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex commonly face persecution including abuse and violence, stigmatization, discrimination, bullying, exclusion from education and training, as well as a lack of family and social support, or access to sexual and reproductive health services and information. In extreme cases, they face sexual assault, rape and even death. These experiences have been linked to low self-esteem, higher rates of depression, suicide and homelessness". This is what we write when we make a general comment. It means that this is something that is based in the experiences of the Committee with countries all around the world. This is what we say about children's situation in any country, actually. And this is what we say about what the states should do: "The committee emphasises the rights of all adolescents to freedom of expression and respect for their physical and psychological integrity, gender identity and emerging autonomy. It condemns the imposition of, so called, treatments to try to change sexual orientation". I'll come back to intersex later, because there is something on intersex too but I'll say that when I speak about intersex children. So "states are urged to" - still in the same general comment - "to repeal all laws criminalising or, otherwise, discriminating on the basis of sexual orientation, gender identity or intersex status and prohibit such discriminations. States should also take effective action to protect LGBTI adolescents from all forms of violence, discrimination or bullying via awareness raising, safety and support measures". So this is actually the more specific things that states should do: first criminalise and prohibit all forms of discrimination and also then these support and awareness raising measures that are so important. These recommendations should be used by organisations to make the governments do what they are supposed to do in this respect. Maybe there are even some government members present here, or representatives.

Now I'm going to talk about the right to identity and private life, because this has to do, of course, this is the basis of the rights to sexual orientation and gender identity of children. So, under article 8 of the Convention, "The children have a right to preserve one's identity" which means that you have the right to keep the sexual orientation and gender identity that you have, or that you feel that you have. And that they should be recognised, acknowledged by authorities

and people around you. Sexual orientation, of course, must be respected in all settings. As per chance, children, this right to identity, you might argue that this gives a right to legal recognition of the child's mental gender identity. So, if the child identifies with the other gender or another gender than the one of the child, or sex that the child has actually got by birth, this might mean that the child has a right to have this legally recognised. So to actually be registered as a girl instead of a boy, if that is what you identify with. So the state may have an obligation to make a change in the registry because the state has an obligation to respect the right to identity of the child. So this is the legal aspect of it. But does it actually give a right to treatment? To obtain physical change on trans children?

Before I talk more about that, I'll look at the right to privacy or private life. It's article 16 saying that "No child shall be subjected to arbitrary or unlawful interference with his or her privacy". So children should have their private life. They have a zone of integrity that people should not violate. And this implies also a certain right to make decisions concerning your own body. Your own, anyway, your sexual orientation, of course, and also when it comes to gender identity, to a certain extent. But probably it does not give you a claim of the state to provide medical treatment.

So then we go on to talk a bit more about trans children in particular. And then it's the questions of right to health and self-determination. What I'm talking about is actually whether children that identify with a different gender than the one they have been assigned by birth, can actually have a right to medical treatment to become the other gender or at least to have some changes made. So do they have a right to medical intervention? If you have the situation where the child may want medical treatment, but there are parents who don't want it or doctors or the authorities that object to this kind of treatment. The convention also contains a right to health in article 24. It says "The child has the right, or state should recognise the right of the child, to the enjoyment of the highest obtainable standard of health and to facilities for the treatment of illness and rehabilitation of health". It also says "States shall ensure the provision of the necessary medical assistance and healthcare to all children". So what does it mean? So, of course treatment of trans children with hormones and maybe surgery. It definitely has to do with health and in the Constitution of the World Health's Organisation [WHO], states have agreed to regard

health as state of complete physical, mental and social well-being. It's a very wide definition of health that the states have actually agreed on in the WHO. It's not merely the absence of disease. So this provides the public health foundation for the general comment number 15, which the Committee has made. So does article 24 give a right to health? It doesn't have a strong legal wording, that must be said first. In general, comment number 15, which is on children and the right to health, children and entitled... When I say children I mean all the way up to eighteen. I don't mean only smaller children. It includes adolescents. All children up to the age of eighteen have rights under the Convention on the Rights of the Child. In this general comment the Committee says that "Children are entitled to quality health services, including treatment, rehabilitation" and we say that the entitlements include access to a range of facilities, goods, services and conditions that provide equality of opportunity for every child to enjoy the highest obtainable standard of health. And when it comes to facilities for the treatment of illness - we wouldn't call this an illness, but you could call it rehabilitation of health, because it's got a lot to do with mental health, among other things - the Committee says that "Secondary and tertiary level care should also be made available to the extent possible". So this is what this is about. This is not the primary healthcare that you need in this case. It's the secondary and tertiary level when it comes to hormones and possibly surgery. And you might add to this, I mean, this what we say in general comment number 15 gives a certain right to have treatment for a trans situation. If the treatment is offered to adults, it's probably a right of the child as well, at the general level. Because if you offer it to adults, why should you not offer it to children under the 18. Then you need a specific reason not to offer it. So at the general level it should be offered to children if it is offered to adults. But then it has to be considered individually whether the individual child has a right to access this treatment. Then there's a question on who's to decide on medical treatment of a trans child. If the child wants it. Not all trans children would want the change physically, but still if they wanted and quite a few actually do. So the CRC does not give the child an explicit right to self-determination, but it does give the child a right to express views and to have those views given due weight. That's article 12, which you may know, because it's a very central article of the convention. And of course this is so central to the child, so the child's views should really have great weight when it comes to this decision. And of course the child may veto because sometimes maybe parents or and doctors might think it's a good idea to do a change in the physical appearance of the child, but the child doesn't want it. The child wants to

be a trans child without having the changes made. But then the child definitely has the right to say “No, I don’t want it”. But then if the child wants some kind of treatment, should consent be given by the child and parents together? Or by the child alone? It’s a difficult question. Definitely it requires that both parents and children are given proper information and counselling. Medical and psychological counselling and assessment, because this is really, really a very serious decision to make. The child has really to be at the center of it also because of the right to identity and the right to private life, which gives the child a certain right to decide, make decisions on their own bodies. So, you could say that in article 5 that parents have some responsibilities to support the children and also some rights, actually, to support children in making decisions. But it’s in line with evolving capacities of the child, which means that as the child develops, when the child grows older and more mature, the parents have less say with regard to decisions for the child. So the role changes over time.

This is a highly personal and private decision that has to be made, which sort of speaks in favour of the child giving his or her consent alone. I don’t know if I should even use the word he or she here but it’s difficult to use “it” because it sounds very impersonal. So when the child is mature enough to really have a firm desire to undergo treatment based on an authentic feeling of his or her gender identity, maybe that should be left to the child him or herself. On the other hand, it’s a really, really serious decision and it’s a great intervention into to the physical body of the child. So, on the other hand, I think maybe the child actually needs the support of the parents in this case. But, then, if you say that parents should also consent, then you need some kind of procedure if the parents don’t consent. And if they don’t have a good reason to deny that consent, then you need to have the possibility to have another body to decide. Maybe this is up to the age of 16, 15, which is often the coming of age when it comes to health issues. Or, this is pretty unclear legally whether you could actually say that the parents should consent or whether you could say that the child should decide alone. I can’t give any clear conclusion on this question.

Anyway, the treatment must be medically justifiable in the individual case and this will be up to the health professionals to say whether it is medically justifiable. But then you come to the best interest of the child, because, even if it is medically justifiable, this whole decision has to be based on the best interest of the child. And who can assess and determine whether treatment

is in the child's best interests? Maybe the child herself, I mean the child's views must really be so central in this. On the other hand, since it is such a big decision, maybe it's good to have some kind of multidisciplinary team of professionals, which is recommended in another general comment by the Committee, the general comment of best interests. Anyway, the child's views have to really play into this with great weight, because of the right to privacy and identity. And also the health and development of the child, with or without treatment. The risks that are linked with the treatment and the vulnerability of the child. So this has to be like all best interest determinations or assessments. It has to be a very wide assessment. But it really needs to be based on the child's own views as a starting point.

So I would say in some cases, at least in countries that do actually offer treatment for trans children, children may have a right to... I mean they offer it to adults. Maybe if they don't offer it to children, maybe they should. Some children may have the right to undergo this treatment if it is medically justifiable, if it's based on proper medical considerations and if it is in the best interest of that child, because otherwise the child will not ever be happy.

So then to intersex children and their protection and autonomy, because that is what the issues are about when it comes to intersex children. Because what has happened, for so many years, since the 50s, intersex children, as I guess many of you know, have been operated on. They've undergone surgery from a very, very low age. I mean, they're infants. Babies have undergone surgery in order to make them fit into either boy or girl. To look like either a boy or a girl. To have genitals that look more or less like a boy or a girl and then the opinion has been that, if they are just made into a boy or a girl physically they would socially adjust to this. And then over the last, I guess, 20 years it has been discovered that this has caused a lot of pain and suffering to many of those children, because they've had to undergo many surgeries and they found out, maybe later, that they should not have been made into a girl, they should actually have been a boy. So what the Committee has done after we became aware of this in 2014, when there was a very strong intersex organisation from Switzerland that told us a lot about the problems of this practice. We made for the first time, in 2015, some recommendations to Switzerland where the Committee says that we were concerned about cases of medically unnecessary surgical and other procedures on intersex children, without their informed consent, which often entail irreversible consequences and can cause severe physical and psychological suffering. And the

lack of redress and compensation in such cases. So this what we said to Switzerland and then recommended that Switzerland should ensure that no one is subjected to unnecessary medical or surgical treatment during infancy or childhood, guarantee bodily integrity, autonomy and self-determination to the children concerned and provide families with intersex children with adequate counselling and support. So this means actually, in practice, that if it is not medically really necessary to do surgery on a baby, it should not be done until the child is old enough to know what he or she wants. In some cases, it's necessary to do surgery to make the child able to urinate. But then it might be possible to do surgery without assigning a sex, so the problem is the sex assignment at that early age. If that is not medically necessary, which it seems it is not so often, it should wait until the child is old enough to decide for him or herself or at least to have a view on what should be done. Then we've taken up this a lot with many countries. So to Ireland, in 2016, we added that they should undertake investigation of incidents. They should provide redress to the victims of such treatments, including adequate compensation. They should educate and train medical and psychological professionals on the range of sexual, biological and physical diversity. And this is really important. And all the consequences of unnecessary surgical and other medical interventions for intersex children. And to Denmark, in addition, the Committee said that they should make a child rights base healthcare protocol for intersex children. So make some general guidelines on how they should be treated. Back to this general comment number 20 on the rights of adolescents, from 2016, the Committee says that, as I said before, it condemns the imposition of so called treatments to try to change sexual orientation and adds "and forced surgeries or treatments on intersex adolescents". It urges states to eliminate such practices. So it's pretty strong language in this general comment that this should not happen.

I've come to my conclusion. Actually, I started 5 minutes past so I don't think I'm very much more than 30 minutes. I think I would really like to stress that it's so necessary to have a special focus on the rights of LGBTI children. Because if you don't focus on particular vulnerable groups, and this group in particular they are often forgotten in the whole range of issues concerning children. There has been a development at the international level, not only on the Committee on the Rights of the Child, but in other Committees and in the UN in general. We need, in the Committee, information about the situation of these children. Otherwise, it's very difficult to



give good recommendations. We need practical specific information for each country. And I would like to add, on my own behalf, that it's been a fruitful exchange between research and the work of the UN Committee, because I've been in the Committee at the same time as we've done research on Gender Identity at my department at the Law Faculty. And that's been really interesting because I've got more sort of deeply into the issues by being part of this research project and then we've been able to develop our recommendations in the Committee. So I really encourage all of you to go on with your strong work and also to provide information to the Committee on the Rights of the Child and to use the recommendations when they come. I think Portugal will then come to the Committee as a state delegation in the autumn, in September. So thank you.

Transcrição efetuada por Bruno Brito

Estudante de Mestrado em Psicologia Clínica do ISPA, em Estágio no Gabinete de Apoio à Vítima da Casa Qui

# A REALIDADE DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS E DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS LGBTI NA EUROPA

**Julian Mendes Kreikebaum (Moderação)**

Estudante de Bacharel em Trabalho Social na Escola Superior Alice-Salomon (Berlim, Alemanha)

Estagiário no Gabinete de Apoio à Vítima da Casa Qui

First and foremost, I would like to thank you, Kirsten, for that rich and important input. I think a legal basis - well explained and defended - is a necessary basis for the fight against discrimination and for equality and so we really can't thank you enough for the work you do and have been doing. So yeah, thank you very, very much. In case there are any questions about Kirsten's talk I would like to ask you to bear them in mind, or on a piece of paper, if that works better for you, until the end of our panel, since time is a short and precious thing in settings like these and apparently in Portugal things take a little bit longer, as we see.

20

So before introducing the rest of our international guests and starting the panel: my name is Julian Mendes. I currently work as an intern at Casa Qui. I study social work in Berlin, where I have been involved in LGBTQI youth education for quite a while and also did a course on human rights, where I got to know your work, Kirsten.

Now it is my pleasure to introduce our first speaker, Rubén Ávila. Rubén holds a PhD in Social Psychology. He started his LGBTQI activism at the age of 20 in a youth-led organisation in Spain. His main interests are health and education and he has always combined his academic and activism in queer youth to promote the rights of LGBTQI people in Spain. In 2016, Rubén started working with IGLYO, an LGBTQI youth and student organisation that works with over 95 member organisations and more than 40 countries. He is IGLYO's Education Officer and as part of his work he leads the research project to promote inclusive education.

## Rubén Ávila

Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Autónoma de Barcelona, é o responsável pela área da Educação na IGLYO —The International Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer & Intersex (LGBTQI) Youth & Student Organisation, uma rede de organizações de jovens e estudantes LGBTQI com mais de 95 membros em mais de 40 países, sediada em Bruxelas. Para além de atividades de capacitação da juventude LGBTQI para se tornarem líderes e ativistas, de fomento de partilha e solidariedade internacional e de promoção de atividades internacionais de formação, recursos e campanhas, é um garante que as vozes e experiências da juventude LGBTQI são escutadas por decisores-chave ao nível europeu e internacional.

Yeah well, thank you very much for the introduction. Thank you also for inviting IGLYO to be here and thank you to all of you very much to be here. I think it's great to have such an audience that want to talk about the promotion of rights of LGBTI children and youth. So I'm very happy to be here. And I think it's a timely opportunity for us to just talk about it and probably here now you're going to have some presentations, which are like more into this kind of framework, but I think that the workshops this afternoon will be a great space for us to discuss everything that we are talking about today. So I am very excited.

21

So, I am Rubén. I work with IGLYO, the international LGBTQI youth and student organisation. So we are a network with over 95 member organisations in 40, well more than 40 Council of Europe countries and the thing is that what we mostly do is working with our membership to build up the skills of young people to then do their work on advocacy and to do their work in their local context. So when they invited me here, I was like: "Ok, what can I bring to the table, that is interesting for the people here?"

And I was thinking that one of the things that always comes, when we talk with our members, is that making schools safe and inclusive is their number one priority for them. It's still not the case, like, we've been talking about it. We all have the right to education, but it's still not the case for many of us, who are, or are perceived sometimes to be lesbian, gay, bisexual, trans, queer or intersex. So thinking about "Ok, what can we do to improve our school systems?" is interesting.

And this is what I'm going to be talking about today. Sometimes when also, I was thinking, when we talk about all this inclusive education and bullying and harassment and all of this, we kind of bring up figures here and then we discuss about them and then we try to make like a case of it, but then we sometimes forget about the people. That we are talking about people's experiences and what happened, so just wanted to bring, I wanted to bring a video, but I did not have time to screen it, so I just brought some, yes, sentences about young people we did the research with two years ago and those were some sentences that young people would share with us about their experiences and this was a research made all across Europe. So it's not only the experience about someone in a country where they don't have anti-discrimination laws, let's say, but it's about the experience of all LGBTQI youth. So this is one, this is Alex. He was 15 at the time that we did this research and it's a trans student and what he was saying was like: "I used to hate myself for being trans and I've tried not to be. I shy away and try not to speak to not get attention. I didn't even go to school anymore, because I just can't handle getting shit every day, it really sucks."

So here is one of the elements that I am going to bring up later. But it's like bullying and harassment, how that sometimes leads to not going to school, not attending to school and then how that breaks our fundamental right to quality education. And another one, this is from Emily. They're an intersex young person and what they said is: "I didn't know that there were many others like me out there and so it was a hard place, emotionally, to exist."

So again, it's not only talking about bullying and harassment. Sometimes it's talking about non-representation, it's about not knowing who you are and not having any references to relate to. And that is also something that I am going to be discussing later. And this is Artium, a gay student, and what he was saying was like: "I was threatened, I was terrified. For me the most important part is that, there was no one in the school I could turn to, because I knew they wouldn't be understanding. Instead of studying I had to cope with stress caused by bullying."

So the fact that school staff and especially teachers are reference and are needed for students to just feel confident, to just be able to talk about it and it's something that I will also bring in my presentation.

Here is something, and of course like, I'm not going to go through them, I don't want take a lot of time with that, but for me, the most important part is the second one. So we see that 8 out of 10 students have witnessed negative attitudes towards an LGBTQI peer. There is also like this report from UNESCO, that they launched last year, saying that LGBTQI learners were 3 to 5 times more likely to experience bullying than any other kind of students. So I think this is quite important to think about it, to think what's happening in schools. Like even if in countries where we have - and I am going to go through that later - but even in countries where we have got anti-discrimination laws, where there is like good inclusive measures, then it's still something lacking, because it is still a difficult place for LGBTQI young people. I am not going to go through that, because Kirsten has already explained that, but what for me is most important is that all governments, at least the Council of Europe governments, have made specific commitments to protect the rights to education for all students. Here are [sic] only a list, but I think it's important to remind that, also when we do our advocacy work, when we talk about it. It's not that we want schools to be inclusive and safe, it's that it's needed, it's that this is our right. And this is that governments and school staff and all the school community needs to that. This is my next sentence and it's like: "Schools and Education sectors are responsible for providing safe and supportive learning environments for all children and young people." It's not only that we want them to do that, but that they are responsible for that. And this is only possible if governments and communities, school staff, teachers and students work together and this is why I think, like, being here with all of you today will bring up this discussion at least in the context of Portugal. So I think it's great to have this opportunity.

So, again this was like the framework: "What's the problem, why do we need to do that?" So there are several problems. There is this bullying, there is lack of representation, there is lack of school staff support and we see so that a reactive approach to bullying is not enough, that we do need a comprehensive, whole school approach to that. So from our perspective, from IGLYO, what we started doing in 2016 is having a look to what governments were doing and trying to think: "Ok, if they're responsible for that, then what is happening in each country?"

So we started a research to assess the extent to which schools are safe, inclusive and supportive. We were talking with our member organisations and with other educational experts to see what

was happening in each country. And then with the information we gathered, we published a report and some sort of a table, an index, to provide an overview of inclusive strategies in each Council of Europe country. This is the information. All this information is online. We also have the case of Portugal. I didn't want to bring it up here, because later there is going to be a panel after that, where people will share their experience here in Portugal and they know much more about it than we do. But I think it's interesting, well I wanted just to share that with you, because using this as a tool might be useful when you have your advocacy meetings with governments. So, what is important about this research and that is what I wanted to bring is that what we did is create a focus group. We did it with young people. We did it with other international NGOs. We did it with governments. And then with this focus group we created 10 indicators benchmarking what we thought that an inclusive education should have. And those 10 indicators, I think they are useful to think what should be happening in schools and this is what I wanted to bring here because I think that this is what can be useful in the workshop for later on to discuss, like: "What do we think that needs to happen in each country?"

Of course we need an anti-discrimination law applicable to education. I don't know whether we have any policymakers here, but I think that this is very important: having an anti-discrimination law that protects the rights of LGBTI children and youth. We see that this is widely happening. There are 31 Council of Europe member states who have that. Still 18 don't have any anti-discrimination law. Then what we did was, like, having a closer look on the anti-discrimination laws and see which grounds they were protecting. So if, if you have a closer look there then it gets a little bit more interesting, because you see that sexual orientation is widely, in all those 31 countries, protected within the law. Then gender identity and expression is a little bit protected also in some countries. So we have like 5 countries that only have sexual orientation, 19 they have sexual orientation and gender identity and expression as protected grounds, but then we have 6 countries that have also sex characteristics. So it's only 6 countries who protect the rights of intersex children.

If we go to the case of Portugal here we see that they protect the grounds of sexual orientation and gender identity and expression, but not the grounds of intersex children, if I am not wrong. I am just checking with you...

So policies and action plans. And this is key for us, because: “Ok, you have an anti-discrimination-law, but then what other kind of measures are you implementing in the country to make that safe for children?” Then we see that there are only 22 Council of Europe member states that have these policies and action plans. If I'm not wrong, in the case of Portugal there is no national policy action plan to tackle homophobic, transphobic and interphobic bullying<sup>1</sup>, so again that is something that needs to be worked.

Inclusive national curricular. This is also something interesting. So when we were, like, sharing all these experiences of young people, we see that sometimes we are not even represented within the whole school curricular.

There are 22 countries that have some sort of voluntary, so that means that they might have, I don't know, human rights education and then there maybe the teacher wants, then they can talk about it. But there are only 19 Council of Europe member states who have specifically mandatory national curriculum. Same for mandatory teacher training. So there are 20 countries that have some sort of voluntary, but then there are only 4 countries who make it mandatory for all teachers in service and per service. And we think that this is key, because one of the main persons that if someone experiences bullying or if someone wants to talk about their gender identity or sexual orientation... then they would go to teachers and other school staff. So having teacher training on LGBTI awareness, we think it's key.

25

Then one of the things that was discussed previously by Kirsten is legality and the recognition for minors. We see that this is only happening, based on self-determination, sorry, this only happening in 3 countries of the Council of Europe and the rest either it's over 16 or there is no legal gender recognition based on gender self-determination.

---

<sup>1</sup> Portugal has successively included tackling homophobic, transphobic and interphobic bullying in its National Equality Plans since 2010. In 2013, through the Commission for Citizenship and Equality, the Portuguese State launched its first anti-homophobic campaign called “Dislike Homophobic Bullying”. More in <http://www.dislikebullyinghomofobico.gov.pt>.

Same for data collection. We think that it's important to have that collection that recognises specific homophobic, transphobic and interphobic bullying and harassment and there are only 5 countries providing this information.

And all the kind of stuff that we can discuss later, because I need to wrap it up. But it's, like, support systems for young people. So, a place where young people - again, they might have experienced bullying, but also they might have questions regarding sexual orientation or gender identity - that they can go to. Also the disposal of information and guidelines for learners, but also for parents and teachers, so they can access to this information and partnerships with governments and civil society organisations. If we see this 3 indicators, because those are only happening in 20 of the Council of Europe countries, so in most countries it's not even there. Like, again, supported by the government, because we try to show this information to governments to do our advocacy work.

Just to wrap up and to go back to what I was saying at the beginning: I think it's very interesting that we are all here, trying to think how to protect LGBTI children and youth rights. I think it's important that when we do that we remember that we are talking about people's experiences at school and for us it's important to go to these 10 key elements, that might make it easier for children. If you have an anti-discrimination law and bullying and harassment is still happening in schools, it's because it's still not enough what we are doing. So we need to have a look at what's happening more in depth and then try to change that, to just make it a safer environment for everyone. So that was my presentation. Thank you.

**Julian Mendes Kreikebaum (Moderação)**

Estudante de Bacharel em Trabalho Social na Escola Superior Alice-Salomon (Berlim, Alemanha)

Estagiário no Gabinete de Apoio à Vítima da Casa Qui

Thank you very much Rubén. That was very interesting. There is an anti-discrimination law [that includes intersex children - Lei n.º 38/2018, de 7 de Agosto] in Portugal. But it is very recent thing, that was established, I think, in August, this year. I am not Portuguese so I ask you to excuse my ignorance in relation to the action plan, but I think the implementation of this law

and how it's going to be realised is still a process and it's evolving. We can talk about youth organisations, there is going to be an input on that, but that was a very rich and interesting talk, thank you.

I am now delighted to introduce Sarah Blakemore. Sarah has worked in a sequence of campaigns for social change and currently she is the Executive Director of Keeping Children Safe, a global network committed to protecting children from abuse and violation of their Human Rights through care institutions and humanitarian services. Along the development and promotion of the International Standards of Children Safeguarding, Keeping Children Safe not only assists organisations to establish specific policies about the compliance of the Convention on the Rights of the Child - here we go again - but also encourages structures that guarantee sustainable and stable safeguarding of children, such as monitoring and accountability. It works with thousands of organisations all around the globe to turn its vision of a safe and healthy environment for every child into reality. Apart from offering organisations help and guidance on an organisation structural level, Keeping Children Safe also provides resources for self-improvement and transmits competences and knowledge directly to the organisations through various workshops, that strengthen child safeguarding practice within the respective institution.

27

Sarah is going to share some results of her publication “Analysing Institutional Readiness: Assessing the Capacity of Organisations Worldwide to Safeguard LGBTI\* Children”, which is an investigation that is quite broad.

#### **Sarah Blakemore**

Diretora Executiva da Keeping Children Safe, um movimento global, com base no Reino Unido, de organizações comprometidas com a salvaguarda das crianças e com a influência ativa de terceiros na adoção das "Normas Internacionais de Salvaguarda da Criança" (International Child Safeguarding Standards). Em 2017 foi responsável por uma pesquisa com 150 organizações de todo o mundo para avaliar a capacidade institucional de salvaguarda das crianças LGBTI. É coautora do documento “Let Me Be Me! Better Care of LGBTI Children” (2017) para apoio às organizações.

Thank you and thank you very much to the organisers for holding this event. I am very excited to be here and I am very excited to present our research and hope that you will ask me questions. I hope you will find me in the break. I hope you will find me at lunchtime. Because I would like not to talk too much, but to present our work and then offer an opportunity for people to come and discuss that, find out more or potentially work with us.

So, as already mentioned, Keeping Children Safe is a global network of organisations committed to child safeguarding and also to influence others to adopt and implement international child safeguarding standards. I want to talk to you a little bit about our history and the standards. And then I am going to share the results of our research project, that we did with a 150 organisations around the world on how near or far organisations were from having effective safeguards for LGBTI children in place.

So the establishment of Keeping Children Safe was in around about 2001 and it coincided with the exposure of reports of abuse of children in refugee camps in West Africa by staff in Humanitarian Organisations and in Peacekeeping Missions. Specifically, there was a report published by the UN and by Save the Children that said that staff were subjecting children to all forms of abuse and demanding things like sex for food, shelter, education and medicine. The basics of life. So in response a group of individuals and organisations came together to say: “How do we address this problem of abuse by staff in our own organisations? What can we do? What are the practical and pragmatic steps we can take to make sure that all of the children that come in to contact with are safe?”

And what we did was develop a set of international child safeguarding standards, supported by a comprehensive toolkit for implementing the standards. And the standards set out the features and the systems and the processes that need to be in place, regardless of where that organisation operates, regardless of the law or practice in that country. They set a set of standards that are based on the rights set out on in the Convention on the Rights of the Child and they're about the responsibility of those organisations. So, a slight clarification on terminology: when I'm talking about safeguarding, I'm talking about the responsibility that organisations have to make sure that their staff, their programs, their operations and their

partners don't harm children or cause any risk of harm to children. In some countries this is referred to as child protection or the institutional aspects of child protection.

So an overall approach to child safeguarding is rooted in understanding the risks to children from the organisation and this is a very robust and comprehensive process that begins with the development and strengthening of the child safeguarding policy and that sets out how the organisation is committed to promoting the rights, dignity and well-being of all children and preventing all forms of exploitation and abuse.

The next standard is around people, the people in an organisation. So this is the organisation clearly communicates its commitment to keeping children safe and the responsibilities it places on staff, associates and partners and particularly in terms of acceptable and unacceptable behaviour and ensures that staff are trained and appropriately supported in implementing them.

The other standard is about procedures. So it's about the systematic process of planning and implementation of those measures. And most importantly these measures should be accessible and appropriate to all children, including LGBTI children and I'm gonna come on to that in a moment.

The final standard is about accountability. So this is that the organisation has in place measures and mechanisms for monitoring and review of safeguarding and both upward and downward accountability in terms of child safeguarding. So what that means is that every single person in the organisation to the most junior person, to the CEO has to be held to account for their personal responsibility to keep children safe. So every single person within that knows what's expected, they know what's acceptable or not acceptable behaviour and they know the sanctions they will face, if they fail to comply.

And they're based, the standards are based on the following set of principles so all children have equal rights protection from harm. Everybody has the responsibility to support the protection of children. No one can say "This is not my problem". That all organisations have a duty of care

to the children with whom they work, who they come into contact with or who may be affected by their work and operations. And then, finally, if organisations work with partners, they have a responsibility to ensure that those partners keep the children safe. Fundamentally - and I know the speakers have talked about this - all actions in terms of child safeguarding are to be taken in the best interest of the child, which are always paramount in all decision making.

After the establishment of these standards, Keeping Children Safe has worked with, I think, around 6000 organisations in nearly every country of the world. From libraries, to schools, to peace keeping missions, to NGOs. And I, myself, have been travelling around the world delivering workshops on this topic. And yet I was increasingly finding, I would go and speak to staff in some organisations and we would talk about this point of safeguarding LGBTI children and it's very clearly in the international standards that these standards apply to all children and it says very clearly: regardless of sexual orientation or gender identity. And what was happening is that people were saying: "Ah, but Sarah we don't have that in this country." And I was saying: "Yes, yes I think you do." Or they were saying: "No we can't talk about that here" or "This is a western thing." And I'll come on to that a little bit more, but I was beginning to be concerned that we were missing this group of children, that we were not making them visible, and in fact almost more than that. That some organisations were turning a blind eye, because it was difficult and sensitive for them. So, I began to be concerned that there were gaps in what we were doing and we needed to do more work on it. What had also happened is: we had commissioned an arabic translation of our standards and our toolkit and the translator had come back and said: "I won't translate those words" And I said "Oh... you know, you will! Or we are going to find another translator."

I was beginning to see, again and again, that there were gaps and organisations were ignoring their responsibilities. So, we decided to do some research on exactly what the state of play was. To understand what organisations were doing, what the gaps were and how potentially we could work together to address those gaps. We actually did quite a broad research project with around 150 organisations of all types and sizes. Some of them very large international organisations, some of them very, very tiny. Perhaps two people working in an office, serving children within a community. And we used the framework of the international child safeguarding standards to

assess any gaps. And this is what we found, which should shock us. It doesn't surprise me, but it should shock us.

So an overwhelming number of respondents to the research said that they were concerned that their organisation does not safeguard these children properly. Or perhaps more worryingly, they don't know whether they do or they don't. 91% of respondents told us that they did not understand this area very well and they would like more guidance and support. I mean these are quite spectacular figures. And when I, you know, when I talk about these organisations, they are very large international organisations. So resources and understanding, it is not really an issue here.

We also asked about good practice, because we wanted to think about how we could share good practice, and whilst it's very - talking about LGBTI children is very sensitive in many parts of the world - it was still very unclear what good practice and safeguarding look like. Some of them were able to give of some examples. So for example: taking a peer-to-peer approach. You know, having specific and individualised care plans. But in fact the good practice was really, really, very sparse. 51% percent of organisations couldn't provide any example at all. Not one. So for each positive and useful example there was another respondent who couldn't say anything at all!

31

---

What else can I tell you? So, according to the responses to the survey, 60% of the child safeguarding policies didn't explicitly mention a commitment to preventing harm to LGBTI children. So it was in a very general statement, but not specific. And 63% of recruitment procedures within those organisations don't assess perspective employees' attitudes towards safeguarding LGBTI children. That's a huge number, so that was not something that they were asked about in an interview, it was not something that was assessed, it was not something that was thought of and, of course, this is absolutely critical.

When we get to the point where this particular group of children is not even mentioned in policies, then we start having very serious issues about visibility. 53% of the respondents felt that their system for monitoring and reviewing safeguarding measures doesn't take into account the needs of LGBTI children. So these statistics really do paint a picture of millions of children

who might be put at risk by either inadequate or non-existing safeguarding measures in the organisations that are supposed to serve them. And many of these children are already living in extremely vulnerable circumstances. So these are children generally who are being served by humanitarian organisations. So they may be without parental care. They may be fleeing conflict or crisis. They may have disabilities. They may have multiple issues that are contributing towards their circumstances of living and being very vulnerable indeed.

So how do we tackle this? 16% of the respondents to the survey said that a serious problem was a lack of organisational leadership. So they weren't getting that sphere from the people at the top. And I think here, really, a top-down pressure from the senior leadership within organisations, talking about this issue, being an advocate on this issue, learning and understanding about this issue together with pressure from donors could make a good start.

Of course, lack of institutional readiness to tackle the issue is not nearly false at work here. So 37% of respondents said that national legislation was a hindrance. Obviously more of a barrier in some countries than others.

Nearly 40% told us that attitudes and beliefs were a significant problem. So this is where assimilating very specific hiring practices and strategies comes into play. If you are not assessing that, these attitudes and beliefs and competences when you are recruiting people, you will already perhaps set a problem for yourself.

One absolutely standout statistic is that 43% of organisations believe that a lack of training or guidance is a barrier. So many of them wanted to, but in practical terms they had no real idea of what to do and how to do it. In fact, many of the organisations were actually completely unfamiliar with the issue and asked for further explanation of the terms. So I think there is quite a lot of work to do in terms of education and outreach.

To end on a positive note, 91% of the organisation indicated that they would welcome more support and guidance and that they wanted to do more to safeguard those children, but they

felt that there was just an enormous gap in their knowledge and in the level of good practice available out there.

I just want to end by saying: this lack of knowledge and good practice is something that Keeping Children Safe aims to address. What we want to do is work with practitioners and experts and young people all around the world to really work out what good looks like here, because what's good won't look like the same thing in every single country. So we need to be very mindful of that and making sure that it's context specific and culturally sensitive and led by young people. And I think listening to those young people and keeping that at the heart of it is absolutely critical. Thank you.

**Julian Mendes Kreikebaum (Moderação)**

Estudante de Bacharel em Trabalho Social na Escola Superior Alice-Salomon (Berlim, Alemanha)  
Estagiário no Gabinete de Apoio à Vitima da Casa Qui

Last but surely not least I have the honour to introduce Leigh Fontaine. Leigh is Service Manager at The Albert Kennedy Trust in London, which is truly an institution in relation to LGBTQI specific services.

33

Being the world's first service for homeless LGBTI youth with a history of 29 years of experience in the field and an impressive structure of support, The Albert Kennedy Trust not merely delivers excellent and comprehensive services to those who need them, but it also actively fights prejudice and discrimination. For instance with its campaign #NoRoomForHate, which is online and you can see very touching videos on Youtube... Centred around youth homelessness, but really including the whole spectrum of socio-psychological and economic issues, the professionals at The Albert Kennedy Trust accompany young persons with one-to-one, telephone and online counselling. Moreover, youngsters can find a selected overview of information and tips around common issues among LGBTQI youth.

In addition, The Albert Kennedy Trust encourages self-organisation in the means for education, care and self-representation of LGBTIQ youngsters with its youth engagement program. Leigh is going to talk to us about the work and the project the 'Purple Door'.

#### **Leigh Fontaine**

Coordenador de Serviços na The Albert Kennedy Trust, uma organização no Reino Unido que apoia juventude LGBTI em situação de sem-abrigo ou a viver em ambientes hostis, a encontrar um lar seguro, emprego, educação e formação, através do Projeto 'Purple Door'. Oferecem, em Londres, a primeira casa abrigo do Reino Unido para jovens LGBTI e, em Newcastle, apartamentos de apoio à autonomização.

Thank you for that very generous introduction and the lot of research on what we do. Yes, so my name is Leigh. I'm the service leader in London for The Albert Kennedy Trust. So we've been running for 29 years and we were set up, primarily, by volunteers in the beginning and that was as a response, because a woman called Cath Hall, who was a foster carer for social services realised that LGBTIQ young people were being let down by social services and by the care system and that unique needs of LGBTIQ young people were not being properly considered or addressed by social services. And so proper risk assessments weren't being carried out and the right kind of support for the carers and programs were not being implemented. And we started off very small. It was just a very small group of volunteers that had a spare room and what they would do is that they would go to local authorities and they would say: "Look, we have a spare room where LGBTIQ, where we can look after the young people that you are failing to find spaces for." And out of that we began to grow and we, I think we became a charity in 1996, but don't quote me, because there are a lot of stats in my head and I can get them wrong.

We are called The Albert Kennedy Trust because 29 years ago there was a young person called Albert Kennedy and he unfortunately died when he was 16 and he died while he was fleeing homophobic abuse and he was chased to the top of the car park and he fell from the top of the car park to his death. And Cath Hall decided to name the trust "The Albert Kennedy Trust" so that we could remember that no young person should come to that end, because they are failed by the services that are set up to support them. "Purple Door" is the UK's, I don't know if it's the

world's, but I know definitely that it's the UK's first and only LGBTQI Safe House. We work kind of like a refuge, in that we don't give out the address, that you have to be referred in by services and that our young people are not allowed to give out the address and other services are not allowed to know about the address. And the reason that we have set up "Purple Door" is because we were seeing that a lot of our young LGBTQI young people in generic services, in generic response services would not get an adequate care or risk assessment around their identities and the things that their identities come along and the intersections of being LGBTQI, especially our young trans people.

So we like to think that we're quite progressive in the UK, but that's not the case. And Brexit has kind of like deafened a conversation at the moment in the UK about the Gender Recognition Act and the way that we're supporting young trans people in the UK. But still, even though, and this is why it is really important to have a discussion, because we have a lot of policies in the UK government and we have a lot of recommendations, but that doesn't mean that services always follow them or the service young people receive follow the recommendations in that service delivery. And so what we were seeing is that a lot of our young trans people, especially young trans women, were not able access emergency responses. So they were not allowed to go to women refuges. They approach a local authority if they were fleeing domestic violence or domestic violence from their family at their home and local authorities would say: "There is nothing that we can do" or they would have really very intrusive questions about their medical procedures.

And in the UK we have protections for young trans people, but we haven't, I guess, on a level of self-identification. So someone has socially transitioned and they're supposed to get access to services that their social presentation shows, but a lot of what happens is when young trans women go to social services they'll be asked to like prove whether they have the operation or how long they have been on medication or what, you know, whether they can be a risk to the women that are accessing the services. So really that's where "Purple Door" came from.

And also that we were finding that a lot of our gay, lesbian and bisexual young people didn't feel safe in generic services. So they would have had a traumatic experience at home and usually it

was on the back of coming out to their parents or family or caregivers and then they would go to local services and then they would have to go back in, because they didn't feel safe and they didn't feel the hostels and the emergency responses were adequately considering their identities.

So it was really important that we wanted to set up a space where our young people did not have to face those things and they were already going through really traumatic, horrible experiences and happen to come out or facing homophobia and transphobia from the very people you are asking for help and shouldn't have to be an added barrier for you.

So I am really proud of the project and what we also extended to. We have something called supported lodging. And I guess it's kind of an evolution of what the original volunteers did 29, next year it will be 30. That is that we have fully qualified, fully trained foster care placements, that are LGBTQI identified and we're the only service, again, in the UK, that offers LGBTQI specific supported lodgings. And unfortunately the demand for our service is much bigger than we are actually able to provide. So I have local authorities contacting me on a daily basis, asking me to place young LGBTQI young people, but I just don't have the space. But we are looking to grow and what we want to do is also to go out to generic services and to start to give them, I guess, a lot of the learning that we've done over the last 29 years and be able to apply that. So you don't need to be an LGBTQI specific service. You can be an ally and you can implement some good, best practice guidelines and still be able to deliver the kind of service that we are delivering.

I think from what I have been saying you can probably gather that representation in services is really important. And so we, a lot of what we do is we also consult with local governments and leaderships of generic services, about being really committed to diversity and inclusion in the workforce, in the way that they hire people. A lot of the feedback that young people talk about AKT [Albert Kennedy Trust] is that, we, I mean predominantly, we're like 99% like gay, lesbian or bisexual. I think it's like 2 heterosexual people that work for the organisation. And so something that our young people feedback to us a lot is that it's really lovely to be able to come into a room and have someone there that looks like them or understands their experience and be able to

support them. And so something that generic services can do really easy, just to make sure that they are looking at their workforce and their volunteer force and making sure that they're represented. And that's across race, that's across trans identities and it's across sexuality. Something that I quite often do is, I won't do it now, but often when I am doing a workshop, I ask everyone to stop for a second and look around the room and to see how many people look like them in the room. And if you're like white and cis and everyone else looks like you in the room, then the likelier it is, that the people that don't look like you, are not going to feel comfortable accessing services, because it is really important to see yourself reflected, especially for a young trans. Our young trans people, they want to know that they can be comfortable. One of our young trans men recently in an appointment said to me that he is able to have his voice go up in a register and that's because he feels comfortable and he knows that we read him as a young man. But it's really tiring for him outside of our organisation to go to services. Things always happen to bring his voice down, because he doesn't want to be misgendered or he doesn't want to feel that the people that are helping him don't understand his identity.

I guess some of the success of "Purple Door" and supported lodgings is that we offer a holistic approach and we understand that there is an intersection of needs of our young people.

37

---

Another fact is that LGBTQI community are at higher risk of substance misuse issues and at higher risk of engaging in sex work and at higher risk of safeguarding issues. So being taken advantage of, being caused or forced into sex work against their will, or some - I don't really like the term, but I don't have anything else, but — what we call survival sex. So a lot of our young people happen to have sex for somewhere to live or for money or for food and the reason that the LGBTQI community, I guess, that it's not because we're more predisposed to those kinds of higher risks, it's because we don't have the same kind of support network that our heterosexual counterparts might have.

So when these young people, and 77% of our young people at the moment have said that family rejection or domestic violence in their families are the reason for their homelessness, is that when they come out and then their families reject them, a huge support system just disappears. And they have no one to turn to and because they are being failed by generic services.

Something that we were discussing before - we were having a really interesting conversation and I hope that we carry these conversations in the workshops later this afternoon - was about labels and I made a joke about that in the UK. It's like LGBTQQIAAPPAUnicornEmoji, like, it goes on, like, for a really long time. But I guess why that is important is because in 2018 in the UK local services are still not recording gender identity and sexual orientation in their stack reporting and the reason that this is really important is because if you don't record it then we don't exist and if we don't exist, then there is no need. It's really important because it means that generic services are not going to be seeking LGBTQI specific training for their staff. They're not going to be seeking LGBT specific substance misuse training. They're not going to look into like chemsex, which is something that is going on in the UK, where a lot young gay men are using drugs in a sex environment. I guess maybe about 11% of the young men that are approaching our services at the moment are having to engage in sex parties and so they will maybe be going to a night club on a Wednesday or on a Thursday and then they meet somebody and then they go to a party and then more people get invited and they take a lot of drugs and have a lot of sex and they are there from 4 to 5 days. And for a young person that is safer than it is to be on the bus or to be in a bad shelter. And so it is really important that, maybe not the whole LGBTQIUnicornEmoji, but it is really important that we, that services, even not just the state-owned, but the local generic services are recording that information. Because if you don't report the information, then we don't exist. And if we don't exist, then we can't look for ways to better support that community. And I just wanted to also say that, just some stats, at the moment 3 out of 4 young trans people have attempted suicide. And I'm really putting emphasis on that they have attempted, not thought about, you know, not had an idea, but actually attempted suicide. 96% percent of young trans people have engaged in some kind of self-injury or self-harm activity. So they're really, really worrying statistics in 2018, that young trans, young people are still facing those kinds of levels of mental health concerns. And so it's really, really important that one, that we are aware of the intersections LGBTQI identities are really important to recognise and that they need specialist responses and that they need representation, not just in the services, but also in the people that deliver the services. And I am probably out of time, but I know that we have some time for questions, but I really hope to be able to pick up this conversation with you guys in the afternoon workshops. Thanks.

## Questão 1

Bom dia, meu nome é Marília. Eu sou do Brasil. Eu sou Psicóloga Infantil e... ultimamente toda gente deve saber - mas pode ser, sei lá, que alguém não tem internet - o Brasil elegeu um presidente especialmente homofóbico e ele é muito retrógrado, ele é muito antiquado. E ele promete acabar com todos os direitos LGBT. E saiu um livro de uma filósofa brasileira que se chama "Como Discutir Com Fascista" e imagino que nas profissões de vocês, vocês devem ter discutido com muitos fascistas, porque vocês defendem ideias que são muito difíceis para pessoas fascistas e homofóbicas entenderem. Eu queria saber um bocado pessoalmente como é defender o trabalho que vocês fazem sem perder paciência, sem perder a esperança no mundo, porque para mim é muito difícil no meu país trabalhar com isso.

## Questão 2

My name is Wagner. I will try to speak English, because it is easier. I am from Brazil. From Gay Pride. I would like to know whether there is research about what is the worst scenario, what is the worst picture... South America or in Europe or if you have the worst picture on this subject?

39

## Sarah Blakemore (Keeping Children Safe)

So I don't know the answer of how to talk to people that are homophobic and racist and all of those other things, but I can share some of my experiences. So when I speak about these issues, I always ask people: "Do you agree that there is any reason that anyone should be able to abuse a child? Can you think of any reason that is ever acceptable?" And nobody ever said "No". So then we can have a discussion that is about the types of abuse of a child and the risks of that child being abused and then I have found that we can walk along the road, where we can find some places to agree. And I have never, and I have really spoken to some homophobic, transphobic people in countries where these issues they are really sensitive, no one has ever said that: "Yes, I agree that in some circumstances you may abuse a child." So I try to find a point where we agree and open a conversation in that way. Some of that also, I think, is challenging based on evidence and saying this is the research and these are the facts. And some of them actually I think, you made this point very well, is that they just don't know anybody personally and find it very difficult to emphasise and have all sorts of very strange ideas about what it

means or all of these things and sometimes it is the personal stories about, that help you just to build a connection and to get to know and to see particularly when we are talking about children and adolescents. To see that child, I don't mean necessarily personally to introduce children, but what I am saying is to be able to understand them as a child and understand that they have the needs and the rights of the child. And then understand that these behaviours, this discrimination, this lack of providing specific services puts them at risk. And if we agree it's never acceptable to do that, really we are just talking about how to prevent it.

### **Leigh Fontaine (The Albert Kennedy Trust)**

Me and Rubén were having a conversation about this yesterday actually and I was talking about the importance of changing narrative. And that often someone isn't inherently racist, we would hope that someone isn't always inherently racist or sexist or transphobic. It's a product of what they have been taught and largely society there has been some kind of instruction and that they are just repeating the narrative that they heard. And so one of the things that I try to do, especially when we do mediation with families at The Albert Kennedy Trust is, much like what Sarah just said, to ask them a question, like: "Is there a reason that it is not ok to be XY or Z?" And predominantly the answer is: "No."

And to start to have a very calm conversation. It can be difficult to have a calm conversation with someone that has fundamentally different views to yourself. I do a lot of talks about racism in the voluntary sector and sometimes that can be very difficult, because I have my own lived personal experiences of racism and when someone says something to you, it's very difficult to keep a levelled head. But I have learned from experience that getting into an argument with somebody, or a disagreement, is not going to change that persons' mind. But opening, finding common ground and the opening a conversation and starting to comprehend why that person has that point of view and then giving them gentle challenges about changing that narrative and also drawing on your own personal experiences. I don't always like for us to compare discriminations, but what I found really useful sometimes is that I tell a personal story about when I had to challenge myself. When I have - and I think that I am pretty liberal and like forward thinking - but I'm constantly having to question and to readdress how I feel or think or act about certain things. And sometimes it's ok to admit that you are yourself, not always, that you are

also repeating the mass narrative. And that sometimes you have to change your own story and I find that, you know, 90% of the time, you know, that can be successful. There are some people and some people have such entrenched views that no matter how much conversation you are going to have with that person they are not going to budge. And sometimes it is ok for your own well being to be just like: “I give up”. Just make sure that in whatever situation you are in, you are safeguarding yourself and the people that you are supporting.

### **Rubén Ávila (IGLYO)**

I completely agree with what Sarah and Leigh were saying. At the same time, I also find it challenging right now what is happening in many countries where we have all these homophobic and transphobic people in a position of power and you might not want to talk to them, but at the same time their decisions affect your life. And when they were replying I was thinking: “Yeah, how can you change that, how can you have this conversation?”. And I do not think that you can have this conversation, but I think that you can do something different in your work that will make an impact to the people that are coming to you. So if you’re a service provider, you might not be able to change, yeah, the personal point of view, but you might be able to change the way you work with people and to improve those peoples’ lives. So maybe, I mean, it is quite discouraging what is happening and I see that and I think like, I dont know, I think – and that comes from my activism point of view - we need to stand strong together, to just keep on doing the work that we are doing and keep on advocating for the rights that we need advocate and at the same time trying to make a change in our everyday work. And then, as Sarah was saying, also trying to bring on the table, like: “Ok, those are human rights. You can not violate that. So you need to look after those people.” And this is where Kirsten's presentation, I think, comes into place and where you can actually say: “This is what actually should be happening and those are some recommendations and those are, somehow, they are not binding but you should be doing something with that.”

### **Kirsten Sandberg (Universidade de Oslo)**

I think you got a lot of great answers from the other members of the panel, but, I think, it is actually as long as they don’t withdraw from the Convention on the Rights of the Child - which I

really hope states don't start doing – but they actually have an obligation to not discriminate. It is there. It is binding. I mean, whatever we write in the general comments is not binding, as you say, in the same way, but the Convention itself. That is binding. And its non-discrimination on any other status, on the grounds of sexual orientation and gender identity. That is one of those that would be “any other status”. Human rights are at pressure at the moment in many places around the world, in general, which is a big challenge and, as you all say, we just need to go on working and also do it in our lives, in our daily lives. But I still think to try to keep governments to their obligations and actually stress that they are legal obligations, even, most of these.

### **Sarah Blakemore (Keeping Children Safe)**

I am talking about safeguarding, because I am talking about organisations: it is absolutely critical to assess the attitudes of the people you recruit and that you work with, to be sure that they share your values and not recruit those people. And often organisations really forget to do that. So we ask a question in our interview process to assess those attitudes. It's variations on a question that says: “LGBTI children face specific risks. What measures do you think we can take on safeguarding?” It's variations on that. And I have had people say things that portrayed attitudes that are completely incompatible with our organisation as well and I think there are specific practical things we can do as well to uncover that and make sure that those people, those attitudes are not in our organisation and that are not represented in our practice or that those people in fact cause harm to the children that we are here to serve.

42

---

### **Julian Mendes Kreikebaum (Moderação)**

Thank you. I think the second question was about whether there exists an image on children's right. And I am saying children's rights, because children's rights are LGBTIQ children's rights. And I think that it was directed to you, Kirsten. Do you have an answer?

### **Kirsten Sandberg (Universidade de Oslo)**

Yeah, I am not quite sure, whether I understood the question properly. Is it what the global picture is, I mean, if there are parts of the world or countries? I was not quite sure what the question was. So could you repeat it? Maybe if you repeat it in Portuguese I can hear the translation.

## Questão 2

Primeiro, agradecer todo esse seminário. Essa organização que vocês fizeram e estão fazendo. É maravilhoso. Eu pergunto se temos pesquisas de qual lugar do mundo estão melhor, pior ou melhorando. Algo assim com relação a esse trabalho de promover os direitos das crianças e famílias.

### Julian Mendes Kreikebaum (Moderação)

The question is whether there is a mapping of human rights violations of LGBTIQ youth, adolescents and children.

### Kirsten Sandberg (Universidade de Oslo)

The Committee on the Rights of the Child doesn't normally do sort of the naming and shaming. We leave to other organisation to sort of rank countries. But I could mention that we gave a pretty strong recommendation to Russia in 2014, because they had the laws actually criminalising, which was a deterioration of the situation, because it was a stricter law then before on LGBT rights, including children. And it was really criminalising behaviour and so on. And I don't know whether they have improved after that, I must admit. Countries where things are improving: I think quite a few of, at least of the North-European countries. The Scandinavian countries are pretty good in this respect. I thought also, actually, that South American countries are quite high up, when it comes to protecting the rights of LGBTI children. Actually talking about Brazil, we had a very active member Wanderlino Nogueira Neto in the Committee. He was really doing a great job. He was from Brazil and he did a great job in implementing the rights of these children. But I can't really say anything more specific, I think. Thank you.

### Sarah Blakemore (Keeping Children Safe)

I am not aware of a comprehensive mapping and I actually did a reasonable amount of research to try and get a global picture of it. I know that UNICEF have done some work on it, but I don't think it's in the form of a mapping. But it does suggest a very interesting idea for a research project.

## Rubén Ávila (IGLYO)

Well, part of our work is this ranking and blaming, like, what is happening in the countries. We only do that for the Council of Europe, but you might want to have a look at the ILGA World map. So they map the rights of LGBTI people all around the world and then they have specific indicators for laws, for education. So they don't cover youth, but it covers education, which might be interesting. And they have it mapped for all the world. So it might be interesting. But I don't know which country. I mean, I know which countries are worse in the Council of Europe. For instance, Russia you have no protection of rights of LGBTI youth. I think that the ILGA World map would be interesting.

## Julian Mendes Kreikebaum (Moderação)

I just remembered that Transgender Europe, that is another thing. It's only for Europe, but there you do have a mapping about legislation especially for trans and intersex people. But it's quite old. It has to be refreshed, but it is still an interesting view. I think it is from...

## Rubén Ávila (IGLYO)

I think they launched it this year. They just relaunch it every two years. And this year at the IDAHOT, they did it.

## Questão 3

Acho que este tipo de temática é muito importante em Portugal e acho que o vosso trabalho tem sido excelente. Para mim está a ser muito bom estar aqui hoje. Eu acho que no fundo as pessoas têm receio e por isso também discriminam. Têm medo do que não conhecem. A minha questão era se já pensaram ir com este tipo de temática um bocadinho mais para a opinião pública? Em Portugal, as pessoas têm de conhecer mais, porque acho que surgem problemas de conhecimento e discriminação. Portanto a escola é um reflexo da sociedade. Se a sociedade conhecer mais, o vosso trabalho provavelmente seria mais fácil. Enfim, de forma geral, estas questões serem mais abordadas e garantir melhor os direitos das crianças e jovens.

## **Leigh Fontaine (The Albert Kennedy Trust)**

So I guess in our organisation, The Albert Kennedy Trust, we do a lot of like national lobbying. To government. We're on all three committees of the major, like, political parties. So we go to regular political meetings and every maybe 2 to 3 years, we introduce a new piece of research, because politicians love research and they especially love research that has numbers in them. So recently we just did the social economic impact of LGBT youth homelessness. On rough, we found that it costs the state 40.000 to 6.000 pounds a year, without intervention. So we use that and then we go in and meet, we speak with the political parties about what LGBTQ young people are facing and on a yearly basis we review what, I guess, are the most pressing issues for LGBTQI young people. And we also do a lot of like community outreach. So it's really important to foster community relationships outside of your organisational bubble. And there we work with doctors and hospitals and schools and social services. A range of different organisations and we go and we have conversations with them about LGBTQI awareness and best practice and what we're doing and what we would like to see other people around us doing. And we also use those opportunities to learn, because not all generic services are bad and what they're doing and where they're seeing the needs of LGBTQI people accessing their service and I just think that that open dialogue on a constant basis is really very important.

## **Sarah Blakemore (Keeping Children Safe)**

We're a global network, which you are all welcome to join if you would like. So we try as hard as we can to share our research and share aspects of good practice through that network, including on this project. I do, my team does training sessions with all types and sizes of organisations all around the world and we always specifically mention this topic and ask questions about it. We have a kind of a certification scheme for international organisations that really says: are your child safeguarding measures in line with international standards? Yes or no? And if they don't address this issue, it's no! And the other thing that we do is: we work with donors. So we work with the OAK foundation, with USID, the European Commission, to make sure that the organisations that they support have safeguarding measures in place. Again, we always use that as a kind of a way of starting a conversation, so that we can see real change in organisations.

## **Rubén Ávila (IGLYO)**

For us, as an LGBTI organisation, we also do that work. I think that raising awareness and educating and it has to do with what Leigh was saying: changing the narratives. So most of the people who are working in the field are not like per se wanting to be homophobic or transphobic or interphobic. They're just like, maybe they don't know, don't have the knowledge to know how to work on that. So trying to educate, trying to share the experiences that you have, I think, it's key. I was thinking that, now that we are sharing, I don't know if it's possible, but there are some videos and one that is very good, which is produced by [inaudible], that is about a girl whose life has changed because of the anti-discrimination laws in the country. And I think like, putting these kind of videos, where you see people and you see what they are experiencing and then starting the conversation from there. Like, from the point of view of someone who has had a bad experience and then how changing that might change their life. Then when if you start from there I think you can change people's minds, like for most of the people. Then you will also have people who don't want to, but...

## **Kirsten Sandberg (Universidade de Oslo)**

46

---

Yeah, thank you, and this is what we have talked about what happens on the ground. The Committee on the Rights of the Child doesn't really do a lot of awareness raising itself. It leaves it to the governments and to organisations to do the awareness raising. We really do a lot of recommendations that governments should do the awareness raising in their own countries. We've been criticised as a UN Committee for not being very visible and that our work is not so visible, so we are trying to become a bit more visible, through press releases and things like that. And we do press releases on these issues together with other UN organisations or bodies, sometimes, but I must admit it is not a lot. We're not on Facebook or Twitter or anything, because it's kind of hard to, to do it properly on the behalf of a Committee like that.

## **Leigh Fontaine (The Albert Kennedy Trust)**

This week we had an event that I went to and it was a fundraising and showing of the film 'A Fantastic Woman'. I don't know whether anyone in the room has seen it. Why that film is really, really important is one because it's a really good piece of cinema, but it's also a really authentic

story about a trans woman, it's consulted by a trans woman, it's played by a trans woman and it's been really respected and I think it's the first Chilean film that won an academy award. And what that film did was that it caused the like outgoing, like the more like 'liberalish' governments to quickly push a piece of legislation through for gender identity rights. And it got so much momentum that by the time the more right-wing government had power they couldn't stop it. And even though it's like really, really, really basic, but there are now gender identity rights in Chile. And the reason that I am saying that is because something that we can really do is support LGBTQI arts and projects. And it doesn't always have to be about policy or going in with like really informative leaflets. And that policy is really great but society always catches up a little later, after policies has been implemented. And a really great way is just to talk and to support LGBTQI culture. And you don't need to be a part of the community to be a good ally. And I think that this is a really effective piece of outreach.

Transcrição efetuada por Julian Mendes

Estudante de Trabalho Social na Universidade de Berlim, em Estágio no Gabinete de Apoio à Vítima da Casa Qui

# A REALIDADE E OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS LGBTI EM PORTUGAL

## **Sara Cintra (Moderação)**

Estudante de Psicologia na Universidade Lusíada de Lisboa  
Estagiária Curricular no Gabinete de Apoio à Vítima da Casa Qui

## **Fahim Cassam**

Coordenador do Projeto Educação LGBTI da rede ex aequo, uma associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes, com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, em Portugal. Esta associação tem como objetivo trabalhar no apoio à juventude lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo e na informação social relativamente às questões da orientação sexual e identidade e expressão de género.

48

Queria começar por perguntar ao público três nomes que já tenham ouvido para gays e também ao público internacional nomes que já tenham ouvido em inglês ou espanhol. “Maricas, larilas, paneleiro, bicha”, nomes para gay. “Sissy, faggot...”, nomes para gay em inglês. Para lésbicas: “sapatão, fufas, dyke, lambe pratos”. “Confusos, promíscuos, joga em todos os times” para bissexuais. “Trannies, travesti, lady man, traveca, aberração”, nomes para pessoas trans. Estava à procura da palavra “aberração”... E para heterossexuais? Normais. É exatamente isto que nós perguntamos quando vamos às escolas. Que mensagem é que isto nos transmite? Que ser lésbica, gay, bissexual, trans, que ser isto é motivo de vergonha, porque tem estes nomes todos associados. E foi por esse motivo que surgiu o projeto educação. Não vamos às escolas fazer palestras, mas sim moderar debates e fazer uma sessão de esclarecimentos sobre os vários temas que existem. Porque é que estas palavras têm um efeito nas pessoas, de onde é que elas surgiram, o efeito do machismo na sociedade, porque é que há muitos nomes para gays, poucos nomes para trans, quase nenhum para hétero. Faz-se um apanhado de vários assuntos para que a juventude consiga perceber o impacto que tem de proferir um nome destes.

E a conclusão que se chega, infelizmente, é que eu posso dizer um nome destes de forma inofensiva a outra pessoa, um amigo a “gozar”, mas pode existir lá ao lado alguém que ouve e acaba por sofrer, levando a criar um impacto naquela pessoa, fazendo-a viver conflitos internos, vergonha associada a estas questões.

Estas sessões são feitas por voluntários e voluntárias da nossa associação que passam por uma formação. O modelo da formação é não formal, ou seja, temos um plano só que o plano não é rígido, adaptamo-nos a cada turma, a cada dinâmica, permitindo a turma partilhar as suas opiniões, permitindo desconstruir os vários estereótipos associados e preconceitos que lá existam. Podemos fazer nas turmas um modelo de base em que desconstruímos os vários conceitos ou questões mais específicas. Focamo-nos conforme a necessidade de cada turma, adaptamo-nos ao público. Também temos como objetivo partilhar as histórias pessoais, quando vamos as escolas, visto que a rede ex aequo é uma associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans. Nas escolas é hábito partilhar as nossas histórias pessoais, é apenas opcional e isto cria uma ligação com a própria turma. Porque muitas vezes nunca ouviram alguém a dizer que é LGBTI e tenho alguém na minha família que sabe e isto acaba por criar uma ligação que é um “bicho de sete cabeças” para muita gente. E ouvir estes nomes cria uma espécie de consciência na própria juventude. Também partilhamos outras questões como aquelas que me acontecem no dia a dia. Curiosamente quem me deu formação, quando eu entrei para este projecto foi a Rita Paulos, que pertence à Casa Qui, que é a fundadora da rede ex aequo. No final das sessões procuramos também ouvir perguntas de pessoas que tenham alguma vergonha de falar em público nas sessões. Entregamos um papel para as pessoas fazerem perguntas de forma anónima. Colocam num saquinho para permitir que façam perguntas mais pessoais ou mais complicadas.

Nós como pessoas temos várias camadas e eu tenho duas camadas cá em Portugal que são: não sou nascido e crescido em Portugal e sou de uma minoria étnica e uma minoria religiosa em Portugal. A minha família é muçulmana e ultimamente existe esta coisa que os muçulmanos são terroristas, que os muçulmanos querem bombardear, são contra isto e contra aquilo. Então, eu vivo isto na pele também no dia a dia e a minha família também. Quando eu vou para casa e acontece um episódio do tipo “seus monhés, seus chamuças, voltem para onde vieram, coisas

assim do género, se eu partilho isto com a minha família, com a minha comunidade, é uma coisa mais bem-recebida. “Ah e tal, a culpa é tua por tu seres assim”, não. Eles vivem isto na pele e então há um apoio comunitário. Agora chegar à família e dizer “sou lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo...” a comunidade não viveu isto na pele, ou possivelmente não viveu isto na pele, não tendo como se identificar.

E é aqui que eu procuro fazer uma partilha mais pessoal para perceberem a visibilidade que é a discriminação LGBTI, da racial, da étnica. Com isto não quero dizer que a comunidade LGBTI sofre mais discriminação do que as pessoas que sofrem por discriminação étnica, racial ou religiosa. Estou simplesmente a mostrar que estas várias valências que diferenciam, como forma também como partilha para as pessoas perceberem que existem estas componentes todas que nós temos. Mais questões... se eu for homem e se eu me sentir mulher, os meus pais não aceitam, o que eu devo fazer? Aí nós recomendamos as várias associações... Questões de muito mais curiosidade: pode haver menstruação quando se muda do sexo masculino para o feminino; também as clássicas “gostas de levar no rabo” e “como não gostas de mulheres?”; “Quem é a mulher na relação?”. Mas também há as bonitas: “Seja feliz à sua maneira, Nico. Felicidades, Não se importe com o que os outros pensam ou que ouviu ou vai ouvir”. Ou seja, existe de tudo. Alguém disse aqui no painel passado que as escolas são uma micro-sociedade e realmente é verdade. Nós vemos de tudo. Vemos o CDS, o PSD, vemos o PS, Bloco de Esquerda, o PAN. Vemos os que não votam. Vemos de tudo e é muito giro.

Eu saio das sessões com uma sensação muito gratificante. Aliás a uma das sessões que eu fui, assisti a Sara [Sara Cintra, moderadora deste painel] a fazer a sessão, fiquei mesmo UAU. Como uma pessoa assiste as sessões... é mesmo muito bonito ver o impacto que tem nas pessoas. Nós não mudamos o mundo, não mudamos as opiniões a 100%, mas deixamos lá a sementinha para a pessoa pensar. Eu disse há pouco que nós não mudamos o mundo, corrijo. Nós mudamos o mundo sim, porque ao deixar aquela sementinha, a pessoa se calhar da próxima vez que se vá encarar uma situação que queira insultar, vai pensar duas vezes: “Eh pá, eu ouvi o Nick a dizer aquilo, se calhar... não vou insultar, se calhar vou ter outra postura”. Nós também no final das sessões também entregamos...ah isto é a evolução dos pedidos das sessões, nós só lá vamos se as escolas nos convidarem e conseguem ver aqui uma evolução grande o que é muito bom. Só

este ano fomos à Madeira, fizemos 18 sessões. Foi muito giro. E no final entregamos um formulário para os professores preencherem que é para tentarmos recolher alguns dados, porque não há levantamentos sobre bullying homofóbico ou transfóbico nas escolas e este é o único levantamento, que eu tenho conhecimento em Portugal, que faz esta recolha de dados e nós tentamos compor uma coisa que é o “Observatório da Educação” que é lançado de dois em dois anos.

Há pouco tempo, no painel passado, estavam a perguntar se há alguma proteção nas escolas para pessoas que são lésbicas, gays, bissexuais ou trans, intersexo. Se não estou em erro em 2011 ou 2012 a rede ex aequo com o Observatório da Educação, com os resultados, consegui propor para que o estatuto do aluno incluísse a proteção ou a não discriminação com base na orientação sexual, identidade de género por causa dos resultados do Observatório da Educação. Para este ano tenho alguns resultados - o nosso observatório ainda não saiu - muito assim em preliminares. A maior parte é do 10º ao 12º ano. Temos algumas instituições de ensino superior. Alguns do 6º ano.

Estas pessoas aqui essencialmente não falam sobre, ou falam mais ou menos de forma desconfortável, ou não falam em casa - metade fala em casa sobre o assunto. O impacto que as sessões têm, [as pessoas] são motivadas a lutarem a favor da inclusão das pessoas LGBTI. Costumam existir situações de agressão a 31% - costumam assistir em meio escolar - e se essa escola aborda estas temáticas? Muito raramente a escola aborda este tema. E por isso também surgiu este projecto para também irmos às escolas.

Sobre a rede ex aequo, surgiu em 2002 através desta questão do anonimato “não posso dizer à minha família facilmente sou lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo porque provavelmente pode não haver reconhecimento”. Criou-se um fórum online em que se viu que havia necessidade de criar uma associação. Temos vários projetos, temos os núcleos locais em várias partes dos pais, fazemos o acampamento de verão, projeção de cinema, mobis, formação para professores, cartazes, abraços grátis, uma serie de atividades.

Queria partilhar aqui dois exemplos do impacto que isto tem nas escolas. Na Madeira, quando eu fui, no final da sessão houve uma rapariga que veio ter comigo e ela estava a sorrir, na porta e a professora disse-me “Olha Nick aquela miúda está a olhar imenso para ti”. Olhei para ela, ela estava a sorrir e então eu fui ter com ela. E ela a sorrir aproximou-se, começou a correr e abraçou-me e no momento em que ela me abraça começa a chorar imenso, mas a chorar imenso. Ela não parou de chorar durante dez minutos. Nós levamo-la à enfermaria da escola e era eu e a outra oradora, Camila, e a rapariga tinha treze anos e disse “Eh pá, eu sinto-me muito segura neste momento aqui convosco” e partilhou questões que estavam a acontecer. Basicamente eram conflitos com os pais, especificamente com a mãe. Quando descobriu que a filha era lésbica removeu-lhe o telemóvel, obrigou-a a acabar o namoro com a namorada, questões assim. E ela admirava imenso a mãe. A mãe para ela era o ídolo dela e de repente o ídolo trai. Então tem este impacto na vida de pessoas que acham que podem confiar numa pessoa que ela admira e de repente acontece isto. E o outro exemplo foi numa escola da margem sul, em que no final da sessão, a professora veio ter comigo e perguntou-me se eu não podia ficar. Fomos lá fazer três sessões. Esta foi a segunda sessão. Ela perguntou se eu não podia ficar mais meia hora depois da terceira sessão para falar com uma rapariga que durante a sessão estava completamente calada, não estava participante. Estivemos juntos numa sala sozinhos onde ela pôde expressar-se, chorou imenso, mostrou-me os cortes que tem nos braços, porque ela não consegue viver com o facto de ela ser lésbica, que o pai não aceita e que ela era a “princesa do pai”. Admirava imenso o pai e de repente o pai, a partir dos 13 ou 14 anos, o pai descobre que ela é lésbica: “És uma aberração”. Naquele momento eu senti-me extremamente impotente, mas ao mesmo tempo senti a importância que estas sessões têm, porque ela teve alguém ali com quem ela pode identificar e que esta pessoa pôde dizer: “Efetivamente aquilo que estás a sentir é injusto. Eu compreendo aquilo que tu estás a viver. Já vivi aquilo que estás a viver, mas as coisas melhoram, podem melhorar”. Eu não podia fazer nada. Ela tem 14 anos. A única coisa que eu pude fazer é aconselhar. E eu acredito que isto pode ter bastante impacto na vida de muita gente. A rapariga na Madeira, a Camila que estava comigo viveu a mesma situação. A Camila é da Madeira e ela partilhou: “Eu já estive no teu lugar e isto já me aconteceu e hoje estou aqui a fazer uma sessão destas, por isso é injusto sim, mas o mundo não acaba aqui, existe esperança”. Felizmente a escola da Madeira informou-me que a rapariga estava muito bem. O pai dá imenso apoio. Na escola da margem sul dois anos depois fui fazer uma sessão

à mesma turma onde estava aquela rapariga e ela estava super participativa, super bem, eu conversei com ela e as coisas melhoraram efetivamente. E esta é a importância que eu vejo nestas sessões.

### **Manuela Ferreira**

Vice-Presidente da AMPLOS - Associação de Mães e Pais para a Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género, constituída por mães e pais de pessoas LGBTI. Desde 2009, tem trabalhado com famílias no sentido da aceitação dos seus familiares que são lésbicas, gays, bissexuais ou trans. Em paralelo, esta associação tem participado na luta contra a discriminação e pela defesa dos direitos LGBTI na legislação portuguesa e o seu trabalho tem-se alargado à intervenção em meio escolar e a nível comunitário.

Ora muito boa tarde. Obrigada por estarem aqui. É tão bom ver uma audiência tão cheia. Às vezes são menos, cada vez é mais, quer dizer que isto está a chegar a mais gente. Primeiro de tudo quero agradecer à Casa Qui o convite e agradecer estar neste painel maravilhoso, que a AMPLOS é tão amiga da Casa Qui e da rede e o carinho meu, este é especial, pelo Nico [Fahim Cassam] e pela Catarina [Rêgo Moreira], que são duas pessoas que eu amo de coração.

53

A AMPLOS, eu não sei se toda a gente conhece a AMPLOS. A AMPLOS, como a Sara [Cintra] disse, é a associação de mães e pais pela liberdade da orientação sexual e identidade de género. A AMPLOS foi fundada em 2009 pela Margarida Faria. Quem vai estar da parte da tarde, vai ter o prazer de a conhecer, que é quem vai fazer o *workshop*. Quando foi confrontada com a homossexualidade da sua filha que conhecia a rede e frequentava a rede ex aequo. “E então e os pais dos teus amigos?”. “Os pais dos meus amigos não sabem que eles são pessoas LGBT”. E aí, “E os pais?”. Quando há uma saída do armário dos filhos, tem de haver uma saída do armário dos pais e das famílias porque senão ficamos todos na mesma, ou piora um pouco.

Portanto, a AMPLOS é uma organização de base. É fundamentalmente pais, mães, avós e amigos de pessoas LGBTI. Trabalha pela igualdade e pelos direitos, não pelos privilégios. Que há pessoas que dizem: “Mas vocês estão a pedir é privilégios”. Não, nós só estamos a pedir é direitos.

Privilégios é pedirmos algo que fosse só para os nossos filhos. E não, nós só estamos a pedir direitos iguais aos outros filhos que não são LGBTI.

Portanto, trabalhamos em várias maneiras. Temos o apoio, o apoio da AMPLOS: fazemos encontros, mês sim, mês não, conforme a nossa disponibilidade como pais. Fazemos apoio individual, porque há pais que não gostam de partilhar as coisas com outras pessoas e nós vamos ter com os pais ou então eles vêm ter connosco. A parte do grupo é muito importante, porque há uma partilha e a pessoa que pensa que está sozinha, que só lhe aconteceu a ela, começa a ver que afinal está ali uma mãe ou um pai que estão na mesma situação. Ou mais à frente, porque já deu o passo à frente, porque já aceitou. Mas há uma sensação de pertença, o que é extremamente importante.

Depois temos a influência política. A influência política é muito importante. Neste momento, Portugal é um dos países que tem das melhores leis para pessoas LGBTI. O que não quer dizer que mude a mentalidade das pessoas das pessoas, mas pelo menos temos as leis que nos podemos agarrar. Nós participámos em várias leis. A última é sobre a lei da identidade de género, que não é a ideal, mas que foi o possível, mas já é um passo que deixou uma janela aberta para que a gente possa continuar a lutar para que ela melhore. Recentemente, por exemplo, soubemos que no Chile as coisas mudaram de uma maneira drástica e muito melhor do que a nossa lei.

Só aqui um parêntesis: a AMPLOS pertenceu a uma associação, uma congregação de associações da América Latina, em que estava incluído Portugal e Espanha e nessas conferências que nós fomos, que sempre foram feitas na América Latina, conhecemos imensas associações do Chile com um poder enorme, com um poder de luta enorme junto do governo. Por isso é que está com uma lei de identidade de género muito, mas muito boa e conhecemos uma associação aqui nossa vizinha que é a Crimalis, que é de pais e mães de pessoas trans - jovens, não é só crianças -, que nos ensinou bastante. E isto é o bom das associações. Nós não estamos estáticas, estamos sempre a aprender com outros que sabem mais do que nós e que é fabuloso, o que é muito bom.

Nós quando começamos, começamos em 2009, como eu já disse, a rede [ex aequo] já existia e nós aprendemos com a rede [ex aequo]. As sessões nas escolas, que a gente faz, é um bocadinho a cópia porque eles sabem fazer isto lindamente, muito melhor que nós. Também já fazemos coisas em conjunto, o que é muito bonito, e o que é muito bom, porque conseguimos, com uma plateia de jovens, mostrar-lhes as duas perspetivas: a perspetiva dos pares e a perspetiva dos pais. Porque eles também têm que entender que isto para os pais também não é fácil. A gente também tem de fazer o nosso *coming out*, tem que fazer o nosso caminho e têm de perceber que têm de dar um *timing* também aos pais, para que as coisas sejam interiorizadas. Porque a plateia é, mais ou menos, mais jovem do que eu - embora eu seja uma pessoa nova, mas não interessa -, mas é bem mais jovem do que eu. E a minha geração foi formatada para uma sociedade heteronormativa e isto não há volta a dar. E nós temos de fazer o nosso caminho. Mas fazemos. E se nós fazemos os outros pais também conseguem fazer. Portanto, isto é extremamente importante, estas reuniões que nós fazemos nas escolas que são muito, muito importantes.

Ora bem, em 2009, a associação começa. Aparecem pais e mães de jovens gays, lésbicas. Apareceu pela primeira vez a mãe de um jovem trans, que começou a aparecer alguns jovens trans, mas não muitos, a maioria eram gays e lésbicas. Mais ou menos três, quatro anos depois - eu sou péssima em datas, portanto se eu falhar em alguma coisa, eu peço-vos desculpa - há uma mãe que nos liga e que diz: “Eu tenho um filho de cinco anos que não se encaixa nos estereótipos de género e gosta, na altura era, das camisolas de violeta, de ténis cor de rosa, quer nenucos no Natal. Eu, para mim, isto não me faz diferença, mas na escola é complicado”.

Eu fiquei com essa mãe, fui eu que a recebi. Encontrámo-nos num Centro Comercial. Estivemos a conversar bastantes horas e houve uma coisa muito engraçada que é uma coisa que existe, que é a necessidade da gente meter as pessoas em caixinhas. E ela, naquelas horas, nós tentámos erradamente, metê-lo nas caixas do meu filho que é gay. Mas ele não se encaixava lá. E isto foi uma conversa um bocado surreal, mas correu lindamente, tão lindamente que nós somos amigas pessoais ainda hoje. E percebemos, a partir daquela altura, que havia crianças que não se encaixavam nos estereótipos de género e para nós, mães de homossexuais, começámos a perceber que ali era o começo de tudo. As crianças são o começo de tudo. Não

pelo simples facto de o meu filho ser gay e, por acaso, até gostar de brincar com bonecas. Não foi por isso, podia não ter gostado. Mas quase que foi a nossa explicação para percebermos que é na infância que as coisas se começam a delinear e não forçosamente temos de dar rótulos a estas crianças. Atenção, são crianças que não se encaixam no estereótipo de género. Podem ser homossexuais, podem ser trans, podem ser hetero. Podem ser não binárias. Podem ser só pessoas que não se encaixam nos estereótipos de género e aí fez todo o sentido para nós.

E pela primeira vez, sem falsas modéstias, a 2014, no quinto ano do aniversário da AMPLOS, nós fizemos esta conferência, chamada “Ao teu lado”. Tivemos várias pessoas vindas do estrangeiro, e pela primeira vez tivemos um painel dedicado à infância. Esteve cá uma grande ativista que é mexicana, mas que é enraizada nos Estados Unidos, que é Isolda Atayde, que tem uma filha trans.

Esta mãe que foi ter comigo ao Centro Comercial, falou do filho e foi falar pela primeira vez publicamente daquele filho. E falou de uma maneira. Eu era para trazer o vídeo, mas não sabia, estava com um certo receio que o som não fosse muito bom e depois vocês não iriam entender. Ela falou dele e da melhor maneira que eu arranjei para vocês perceberem foi trazer algumas coisas que aquele menino, que naquela altura tinha 9 anos, falou. Ele não esteve lá, ele falou só em áudio, por uma questão de preservar a criança. “Quando era pequeno queria ser livre para gostar cor de rosa, bonecas e vestidos”. Só um à parte, eu posso dizer o nome dele, é um nome muito comum, é o João. Ele chamou a isto direito à minha verdade.

[Mostra imagem] O João tinha 9 anos nessa altura.

[Mostra outra imagem] Adorava princesas.

[Mostra outra imagem] Eu aqui não vou falar muito porque não é preciso, o João diz tudo.

[Mostra outra imagem] “Os pais arranjavam sempre outros fatos para as pessoas não gozarem comigo”.

[Mostra outra imagem] “Mas quando estamos juntos sou livre de me divertir como gosto”, isto é, o João mascarado com a mãe e o João mascarado com o pai. Uma das coisas que esta mãe disse na conferência é que as pessoas muitas vezes a acusavam, porque ela era mãe sozinha, porque o pai estava a trabalhar no estrangeiro. E ela tinha um filho mais velho, tinha e tem um filho mais velho que tem uma diferença grade de idades. “Ah, porque tu mimas muito o teu filho

e como está sem o pai...” e ela dizia que não, que ele gostava muito de brincar com bonecas e que quem tinha muita paciência para isso era o pai, ela gostava de jogar basquetebol com o filho mais velho, portanto não é por aí.

[Mostra outra imagem] “Sonho ser bailarino”. O João é bailarino, hoje com 13 anos, anda numa escola de *ballet*, é o sonho dele.

[Mostra outra imagem] “Que nenhuma criança tenha de esconder o que é”, o que é verdade. Isto dito por uma criança de 9 anos... Isso é que é fundamental: que nenhuma criança tenha de esconder aquilo que é de verdade.

Quando esta conferência acabou, houve uma jornalista, que muitos de vocês devem conhecer, que é a Catarina Marques Rodrigues que assistiu pela primeira vez a isto e fez uma reportagem que deu este nome: “Olá eu sou o João e gosto de brincar com coisas de meninas”. E a partir daí a AMPLOS começou a receber chamadas de pais e de mães a dizerem “Eu li aquela reportagem e o meu filho gosta de se vestir de princesa”, “Eu li a reportagem e o meu filho gosta de se vestir de cor-de-rosa, gosta de bonecas” e gosta destas coisas que são fora do estereótipo de género. Isto abriu-nos uma porta. Abriu-nos uma porta para nós formalizarmos a nossa intervenção.

Criámos a AMPLOS-Infância, criámos o “Espelho do Eu” que vocês podem consultar - nunca está muito atualizado porque nós não temos muito tempo e os pais às vezes também não, mas existe no facebook “O Espelho do Eu”. Começámos a trabalhar com o IAC [Instituto de Apoio à Criança], tivemos formação com eles e eles connosco, aprendemos imenso uns com os outros o que também foi muito bom.

A reação dos pais com estas crianças é muito idêntica à reação dos pais que nos aparecem pela primeira vez quando são confrontados com a homossexualidade dos filhos: “Onde é que eu errei?”, “Eu devo ter errado com este menino ou com esta menina”. Há um receio do que é que os outros possam pensar. Muito rapidamente, o João pediu um Nenuco Cabeleireiro no Natal e no infantário, porque tinha 5 anos, a educadora é que escreveu os pedidos e ele disse “Quero um Nenuco Cabeleireiro”. “Mas isso é de rapariga.”, “Ah, mas a minha mãe deixa.”, “Mas tua mãe deve de ser maluca”. Não é muito simpático.

Portanto, o trabalho tem de começar a ser feito muito rapidamente por parte das escolas e dos infantários para começarem a perceber que há uma diversidade de género enorme, que não é preciso caixas. É um espectro e cada um é confortável como o que quer que esteja e tem de ser respeitado por isso. O medo de discriminação, com crianças o medo da discriminação é muito maior, porque as crianças são postas de parte, porque são gozadas pelos outros, porque há casos em que o próprio pessoal docente os discrimina, o que é bem mais grave, pois uma criança ainda lhe damos o benefício da dúvida, mas com uma pessoa adulta é bem mais complicado.

O nosso trabalho com os pais é o apoio incondicional. Portanto, a gente ouve os pais, ninguém é julgado, cada pai tem o direito de dizer as suas coisas mesmo que diga coisas que não são muito agradáveis. Tem o direito de as dizer, nós trabalhamos com isto para os ouvir e para perceberem qual é o caminho mais certo para a pessoa aceitar os seus filhos. A escuta é realmente importante. O romper os silêncios. O silêncio é a pior coisa. É uma mina que vai dando cabo das famílias. “Eu sei que tu és, mas ficamos aqui, todos quietos, calados, não vamos dizer isto a ninguém”. Isto vai minando as relações familiares e, às duas por três, há desmembramento nas famílias sem haver necessidade. A gente tem de falar das coisas e o medo, o medo às vezes é porque há ignorância sobre o assunto. Conhecendo outras famílias é extramente importante, como eu já disse, aquela sensação de pertença e o adquirir informação.

Em 2016, salvo o erro, tornámos a fazer outra conferência sobre a AMPLOS-Infância, em que convidámos membros do governo, não para falar, mas para serem moderadores das mesas, porque nós não queríamos que o governo, o Secretário de Estado, não queríamos que eles fosse lá falar. Queríamos que eles fossem lá ouvir aquilo que é preciso dizer. Quem foi falar foram os pais e explicar o que era necessário fazer nas escolas.

Uma das coisas de que esta nova lei da identidade de género, que é extremamente importante, o não ser preciso relatório médico para maiores de 18, a mudança de idade aos 16 também, mas há outra coisa que foi aprovada que é extremamente importante: é a transição social nas escolas. A criança tem direito a ser chamada na escola por João, por Maria ou por António, se é esse o nome com que se identifica. E é esse o nome que aparece na pauta, e é esse o nome que é chamado. Não é estar o nome riscadinho na pauta como se aquela criança quase que nem

existisse. Isto está na lei. Não vos estou a dizer que já é feito nas escolas. Não tenho bases para vos dizer que sim ou que não, mas está na lei. E isto é um dos nossos trabalhos deste ano. Aliás para o ano que vem. Este já está a acabar. É exigir que o Ministério da Educação transmita isto como uma diretiva para todas as escolas. Porque eu sei que há escolas que fazem isto, e nós não podemos estar à boa vontade dos Conselhos Diretivos ou Executivos como lhes chamam agora. “Porque aqui nesta escola, que nós somos todos gente porreirinha e isto chama-se... e naquela os meninos que são Marias continuam a ser chamados de António”. Isto não pode ser, tem de ser uma diretiva para todas as escolas.

E vou acabar com isto: isto era o ideal, temos ali um menino vestida de princesa, lindo e maravilhoso. E ali uma menina que quase que personifica o binarismo de género. É um *look*, vestido de princesa. Porque não? Se é isto que os faz feliz. A gente só temos [sic] de pensar e educar as crianças a aceitarem os outros, porque são eles que vão criar as novas famílias e vão estar preparados para serem pais e entenderem os filhos que dizem “Eu quero vestir-me de princesa, eu quero vestir uma saia de tule”. E acabar com aquela pergunta maravilhosa “Já tens namorado ou namorada?” e “Já gostas de alguém?”. E a AMPLOS, espero bem continuar a fazer este trabalho, porque a gente baseia-se realmente é no amor que a gente tem pelos nossos filhos que é fundamental. E vou-me calar que já passei os cinco minutos. Obrigada por me ouvirem.

### **Catarina Rêgo Moreira**

Psicóloga no Gabinete de Apoio à Vitima – Juventude LGBTI da Casa Qui Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. No âmbito da Dissertação de Mestrado, desenvolveu um estudo exploratório sobre vivências de mães e pais com filhos/as trans, intitulado “A caminho da aceitação... Vivências de mães e pais face à identidade de género dos/as filhos/as não conforme o sexo”. É membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses e possui prática clínica especialmente no acompanhamento psicológico de pessoas trans e suas famílias. Desenvolve investigação científica na área do Género, Sexualidades e LGBTQI.

Vou tentar condensar aqui um bocadinho a informação para termos tempo para conversar, uma vez que já estamos um pouco adiantados na hora, mas acho importante toda a gente partilhar tudo e eu até estou sem palavras porque o mais importante é ouvir as próprias experiências e as próprias pessoas e estava a ouvir com alguma emoção. Vou então passar a falar-vos inicialmente um pouco da Casa Qui para quem pode ser a primeira vez que contacta connosco hoje.

A Casa Qui é uma associação de solidariedade social. Foi fundada em 2012 e que veio muito no sentido de completar, de ser uma resposta que completa, no fundo o outro lado que às vezes é necessário do apoio profissional nestas situações que fomos ouvindo. A Rita Paulos, a sua fundadora, também que já vinha com toda a experiência no terreno da rede ex aequo, reconhece na altura, juntamente com outras pessoas que ela colaborava, que havia em muitas histórias, em muitas situações a necessidade de um apoio profissional. E então a Casa Qui surge com esse objetivo. Deu os seus primeiros passos com um projeto que se chamou precisamente 'Casa Qui - Primeiros Passos', que decorreu entre 2013 e 2014. Este projeto, por a Casa Qui querer centrar especialmente o seu trabalho em crianças e jovens, surgiu precisamente pela necessidade do trabalho em crianças e jovens, começou então com um estudo diagnóstico, que teve o financiamento do Programa EEA Grants– Cidadania ativa gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian, que consistiu num estudo de diagnóstico com profissionais das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens [CPCJs] e de algumas Organizações Não Governamentais (ONGs). Este estudo, o objetivo era diagnosticar as experiências, competências e respostas na intervenção institucional com jovens LGBT em situações de violência familiar e/ou expulsão de casa. E quanto aos seus resultados eu vou apenas salientar três palavras. O relatório do estudo está disponível no nosso site online e vai ser partilhado depois via email com os recursos posteriores a este seminário.

E vou deixar três palavras principais sobre este estudo que é: Formação, Invisibilidade e Rede. Formação porque foi a necessidade mais frequentemente referida pelas pessoas que participaram, que eram na sua maioria profissionais que trabalhavam nas CPCJs. Invisibilidade associada a estes casos, muito poucas vezes denunciados por medo de revitimização ou das consequências que a denúncia destas situações podia ter para as próprias pessoas envolvidas e,

a crescer, a invisibilidade muitas vezes causada por dificuldades de abordar esta temática, por parte dos próprios e das próprias profissionais que estão no terreno com crianças e jovens. E isto leva a que haja dificuldades na intervenção quando estamos perante uma criança ou jovem LGBTI e, por consequência, também dificuldade na intervenção com a família, portanto o tema é silenciado, não é falado, e daí destacarmos a invisibilidade. E depois a rede, a importância do trabalho em rede. Foi mencionado como um dos recursos mais importantes concretizado no apoio por parte de diferentes entidades da comunidade, o trabalho em rede aparece como essencial à proteção efetiva da criança ou jovem e foi referida a importância das CPCJs terem quem efetivamente dê uma resposta quando as mesmas não têm capacidade ou competência, ou seja, as pessoas participantes referiram que de facto sentiam esta necessidade de um trabalho em rede. Por exemplo, muitas vezes com associações que trabalham mais especificamente as questões LGBTI e que podiam dar apoio quando necessário.

Este estudo foi então ponto de partida da Casa Qui e serviu também para informar a pertinência da criação do Gabinete de Apoio à Vítima para a Juventude LGBTI que tem início, como foi referido, em dezembro de 2016, através do apoio financeiro da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade e também com o apoio da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia do Lumiar, onde estamos atualmente sediadas.

O Gabinete destina-se a crianças e jovens até aos 30 anos que tenham sido ou estejam a passar por situações de violência na família, na escola, no namoro ou situações de crise ou vulnerabilidade, como pode ser a situação de sem abrigo e que estas situações tenham sido motivadas por razões relacionadas com a orientação sexual e identidade ou expressão de género. O nosso serviço faz parte da Rede Nacional de Estruturas de Apoio a Vítimas e tem disponível de forma gratuita: apoio psicológico, jurídico e psicossocial onde se inclui o apoio à empregabilidade que é fundamental para a autonomia de algumas e alguns jovens.

E, como é que as pessoas chegam até nós? Através de um formulário de apoio via online, telefone, email, página Facebook ou, muitas vezes, por encaminhamento de outras entidades. Portanto temos também construído ao longo do tempo a tal rede, o tal trabalho em rede que é construído às vezes com passos muito pequeninos e também com alguns entraves. Neste painel

falámos de dificuldades e desafios e muitas vezes esse é um desafio para nós e uma grande dificuldade de construir redes. Muitas vezes é difícil chegar a algumas respostas generalistas e construir uma parceria sólida e daí também esta importância de partilhar aqui.

Vou, muito rapidamente, para depois nos concentrarmos um pouco sobre algumas práticas, que temos entendido, e também com base em algumas recomendações internacionais, como positivas no trabalho com estas crianças e jovens, e para perceber o que pode ser positivo - é preciso perceber quais são as especificidades e fundamentalmente as dificuldades que existem.

Então, em termos das especificidades, sabemos que a população LGBTI está indicada como tendo mais fatores de vulnerabilidade associados comparativamente à população heterossexual e cisgénero. Ora, esses fatores aumentam quando falamos de crianças e jovens que muitas vezes estão em situações de discriminação e violência nos vários contextos que estão a viver e estão em total ausência de proteção, porque muitas vezes não têm um contexto apoiante. A família não aceita, não apoia, na escola é silenciado ou então se é falado temos muitas vezes todos aqueles termos que o Nick apresentou e é assim muitas vezes que se fala nas escolas sobre estas questões. Em termos sociais, sabemos que embora tenhamos um quadro legal que neste momento, e desde muito recentemente, desde agosto tenhamos um quadro legal que perspectiva algo positivo, no entanto no terreno as coisas ainda não são dessa forma e, portanto, estas crianças e jovens estão muitas vezes sem um contexto na sua vida que seja apoiante. Isto leva a situações muito complexas, como imaginam, e que também já foram aqui dados alguns exemplos da realidade.

Vou-me centrar um pouco no contexto familiar e depois no namoro, porque são dois contextos muito presentes quando falamos de crianças e jovens.

A família é, na infância e na juventude, o contexto mais importante e de quem esperamos ter apoio e aprovação e, portanto, é esperado pelas crianças e jovens que também sobre a orientação sexual, sobre a sua orientação sexual e identidade ou expressão de género recebam essa mesma aceitação. No entanto, essa não é a realidade na maior parte das situações. E a ausência de apoio e aceitação familiar, no seio da família, tem um impacto fortíssimo na saúde mental nas crianças e jovens LGBTI e sonrepõe-se à qualidade da relação filio-parental. Isto foi

muito bem exemplificado pelo Nick através daquele exemplo da jovem que tinha uma relação excelente com a mãe, admirava imenso a mãe, e quando disse que era lésbica tudo mudou, e nem a qualidade da relação é suficiente para nestas situações ser superior quando estas questões entram na família. Portanto, a partir daí, as coisas mudam completamente, as relações mudam completamente muitas vezes, e para pior. Também alguns casos positivos, mas infelizmente a maioria não são positivos. Depois, estão ali [no slide] algumas das situações que nós assistimos: rejeição, a violência verbal, psicológica e/ou física, também, que leva muitas vezes à saída ou expulsão de casa. Este ambiente familiar aumenta drasticamente o risco de suicídio nesta população. Assim sendo, a literatura internacional é que nos traz mais dados já estudados há algum tempo e consistentes sobre isto – Há um elevado número de jovens LGBTI em situação de institucionalização, infelizmente muitas vezes a institucionalização não garante a proteção e a segurança destas crianças e jovens, porque nos lares de acolhimento ou noutras instituições existe discriminação, quer por parte dos pares também institucionalizados quer por parte dos técnicos e técnicas que lá trabalham. Portanto, aqui entramos nós, e quem trabalha estas temáticas, com a responsabilidade de tentar aos poucos, passo a passo, mudar. E há obviamente revitimização nestas situações que gostaríamos muito que mudasse e que pudesse ser evitada.

A violência familiar cabe alínea d) no artigo 152.º do Código Penal Português, enquanto crime de violência doméstica. Contudo, na prática de terreno, e agora falando do desfasamento entre o quadro legal e a prática no terreno, nem sempre a justiça encara os crimes perpetrados por familiares na violência doméstica, acrescentando o facto de nestas situações estarmos a falar de crimes que têm como base a orientação sexual, identidade e expressão de género e isto agrava mais o reconhecimento, porque muitas das vezes a violência que ocorre com base nestas questões é desvalorizada pelas próprias autoridades.

Vou adiantar-me um pouco para a violência no namoro, aqui também os dados que existem de forma mais sistematizada vêm de investigação internacional que nos diz que as percentagens de violência no namoro nas relações de jovens LGB é superior ou muito semelhante às que estão documentadas para relações de namoro entre jovens heterossexuais. À juventude LGB, como começámos por falar, estão associados mais fatores de risco, que podem ver ali alguns expostos,

nomeadamente sintomatologia depressiva, *stress* associado a pertencer a uma minoria sexual, maior tendência para o isolamento, culpabilização ou abuso de substâncias e até às questões relacionadas com o suicídio. E muitas vezes isto torna as pessoas muito mais sós e a relação de namoro é a única, portanto o namorado ou a namorada é visto como a única pessoa apoiante e a única figura de suporte, porque muitas vezes a família não o é, e portanto estão confinados e confinadas apenas àquela relação, o que lhes fazem manter relações violentas durante muito mais tempo e terem muita dificuldade em sair, porque há também situações em que estão também em dependência económica dos namorados ou das namoradas, porque saíram de casa, o namorado ou namorada já tinham independência económica, deu apoio, e a pessoa não tem forma de sair da relação violenta.

Vou passar, isto era só um pequeno resumo dos tópicos mais relevantes relacionados com a vulnerabilidade desta população.

Como já foi abordado várias vezes ao longo da manhã, alguns dos mais altos organismos internacionais para os direitos humanos têm reconhecido que a população LGBTI acarreta especificidades e vulnerabilidades que é preciso ter em conta e que é preciso cumprir em cada país. Têm pelo menos um exemplar da Estratégia do Conselho da Europa nas vossas pastas que pode ser útil também.

E vou passar muito rapidamente a partilhar convosco algumas das que nós temos considerado como boas práticas nesta área. E dividimo-las em três: práticas ao nível do processo de atendimento/accompanhamento da criança ou jovem; boas práticas ao nível do espaço – como é que podemos tornar um espaço acolhedor, às vezes não precisamos de dizer que o nosso serviço também aborda estas questões. Ou para que seja mais fácil uma criança ou jovem aproximar-se, o próprio espaço pode falar, pode ser protetor e pode indicar segurança àquela criança ou jovem; e também a questão do trabalho em rede. Vou, muito brevemente, porque é muito claro, algumas coisas são muito intuitivas e claras.

Ao nível do atendimento ou acompanhamento, o mais importante, sem dúvida, são intervenções numa perspetiva positiva em que as crianças e jovens sintam que há espaço para

falar sobre as suas experiências de vida. A Manuela falava no ouvir, ouvir, ouvir os pais. É preciso ouvir, ouvir, ouvir as crianças e jovens, porque elas e eles sabem do que sentem, sabem transmitir muito bem, é preciso dar-lhes espaço para que se sintam à vontade para o fazer e perceberem que as suas experiências são reconhecidas e que são valorizadas, mesmo que estejamos a falar de uma criança de nove anos que tem muito, muitas vezes, para nos transmitir e ensinar. Uma prática positiva pode passar por não presumir que estou perante uma pessoa heterossexual ou cisgénero. Quando falo de uma pessoa cisgénero é uma pessoa que cumpre os estereótipos de género, ou seja, que a sua identidade de género corresponde ao seu sexo de nascimento. Isto com qualquer pessoa obviamente, só que temos a formatação ou quase todas as pessoas têm a formatação para acharmos que estamos sempre perante uma pessoa que é heterossexual e cisgénero. E, portanto, é importante deixar cair esta formatação. Na sequência disso, perguntar simplesmente à criança ou jovem como se sente mais confortável para ser tratado ou tratada, qual é o nome que prefere e qual é o pronome, e isto é uma excelente forma de abrir a conversa e da a criança ou jovem perceber que está completamente à vontade para nos dizer. E assume especial relevância com crianças ou jovens trans. E, portanto, isto me já leva para falar do entrar na linguagem inclusiva. Falei aqui sobre a forma de tratamento que se aplica mais à população trans, mas também quando falamos das questões da orientação sexual, por exemplo a questão de não fechar o discurso no “tens namorado ou namorada” e isto é um exemplo muito claro que a Manuela também já falou. E, portanto, não assumindo que o namorado ou a namorada é sempre de sexo diferente ou de identidade de género diferente. E dar especial atenção à linguagem que é utilizada pela própria criança ou jovem, não é? Se tenta omitir o sexo do namorado ou da namorada se calhar não está muito à vontade para nos falar sobre isso. Portanto como é que nós podemos conduzir para que o esteja.

Depois, passando um pouco mais à frente, em vez de procurar pistas, e isto é muito comum, tentarmos através da expressão de género, ou seja, daquilo que vemos da pessoa, a forma como a pessoa se veste, a forma como se comporta, tentarmos perceber se é lésbica, se é gay, se é bi, se é trans, a verdade é que não está na roupa, não está escrito em lado nenhum e é muito importante que não se tente fazer isto com as pessoas. É mais acolhedor e abre-nos muito mais a relação com a pessoa se passarmos a mensagem no nosso discurso de que este é um tema incluído como outro qualquer no serviço – recebemos pessoas e é um serviço que não é

discriminatório com base no sexo, na raça, na religião, na orientação sexual, na identidade de género; é incluir, não é nada estranho, não tem de ser nada à parte.

E depois, compreender, - e esta é uma das mais importantes - que o problema, quem o traz não é aquela criança nem aquele jovem, é a transfobia ou a homofobia que existe na sociedade. Portanto, o problema não está centrado naquela criança ou naquele jovem, está amplamente na sociedade e é aí que temos de lutar. Com aquela criança, com aquele jovem só temos de acolher e dar apoio.

Reconhecer, obviamente, e acho que isto já foi na ordem de ideias que eu fui aqui falando, reconhecer e muitas vezes apoiar a exploração de sentimentos. Às vezes é importante, é muito importante, dizer que não tem mal se está confuso ou confusa. Eu acho que as questões da exploração da orientação sexual e identidade ou expressão de género toda a gente passou por elas. Se calhar algumas de forma mais leve e outras de forma diferente, mas toda a gente passa por elas. Portanto não é nada muito longe da experiência de todas as pessoas. O que dificulta é precisamente o ambiente à volta. A experiência da própria pessoa, não é aí que está o problema nem a dificuldade, como já disse há pouco.

A questão de avaliar sempre com a criança ou jovem, os riscos que pode ter a revelação à família, isto assume especial importância quando estamos a trabalhar com menores - há sempre a questão da família, da autorização da família, de isto ser uma coisa que nos preocupa muito enquanto profissionais. Contudo, nestas situações, revelar à família e falar com a família sobre o tema nem sempre é protetor. Aliás muitas vezes é fator de risco. Vai aumentar o risco, porque se a família não apoiar, não aceitar, podemos ter uma situação ainda de maior vulnerabilidade. Portanto, acautelar sempre, avaliar sempre com a criança ou jovem sempre se é seguro ou não conversar com a família sobre isto, mesmo que a criança ou jovem tenha muita vontade de revelar à família, porque muitas vezes é isso que acontece. Mas o nosso papel, quando falamos de proteção, também é isso: perceber que riscos acarreta e ver um plano B, C, D, porque sabemos que muitas as vezes as consequências na família são devastadoras.

Outra questão que é o não promover o contacto com as figuras agressoras. Nós já assistimos a algumas destas situações, em que é promovido o encontro, falo de pais e mães, e é promovido o encontro com essas pessoas que estavam a humilhar e muitas vezes a ameaçar de violência física, muitas vezes a praticá-la também com base sempre nestas questões e, portanto, promover o encontro quando a criança ou jovem é retirado à família é promover que a violência continue a acontecer e não é isto que se pretende.

Depois a importância de disponibilizar apoio psicológico especializado quando faz sentido e quando a criança ou jovem assim o deseja, assim como outros serviços que possam ser importantes e que sejam sensíveis a estas questões. É muito importante que o ou a profissional tenha conhecimento especializado nesta área e este seminário é uma oportunidade para conversamos sobre estas questões, assim como outras oportunidades de formação são extremamente importantes.

E das mais importantes aparece aqui já como a última, mas eu entendo que deve ser a primeira, que é o próprio ou a própria profissional lidar com a homofobia, heterossexismo e transfobia que pode ter. A auto-observação e a autorreflexão, quando trabalhamos com estas questões, é fundamental.

Depois, passando muito brevemente à questão do espaço que vos dizia. O espaço pode ser protetor, pode ser inclusivo e basta muitas vezes haver um cartaz, um *flyer*, que exclusivamente ou inclusivamente aborde estas questões. Isto é o bastante para a criança ou jovem se sentir segura, muitas vezes. Tenho aqui outros exemplos como: ao apresentar o serviço, abrir também e falar também sobre estes temas como incluídos; campanhas ou sessões de sensibilização; incluir em iniciativas generalistas, porque, como disse, isto não tem de ser uma coisa à parte, faz parte do desenvolvimento de todas as pessoas; e produzir materiais ou ter disponível materiais de outras entidades.

E depois passando muito brevemente pelo trabalho em rede que, como eu dizia inicialmente, foi uma das questões também referidas como de extrema importância. Muitas vezes o trabalho em rede da nossa parte passa por assegurar que a criança ou jovem não fica numa situação de

revitimização quando é encaminhado ou encaminhada para outras instituições, como já conversámos há pouco um bocadinho sobre isso. E sensibilizar as entidades parceiras para as especificidades da juventude LGBTI e incentivar a que recebam formação na área. Vou terminar agradecendo imenso a vossa atenção e pedindo desculpa se me atralhei no discurso porque estava aqui preocupada em controlar o tempo. Obrigada!

## Questão 1

Vocês fazem ações de sensibilização ou de formação com os agentes das forças policiais para evitar a vitimização secundária?

### Catarina Rêgo Moreira (Casa Qui)

Não é a direção [objetivo] da Casa Qui. Do que tenho conhecimento a ILGA Portugal tem feito já desde há vários anos um trabalho muito direcionado para a formação específica das forças policiais e penso que tem sido um belíssimo trabalho. Penso que continuam a fazer formação nesta área. A Casa Qui faz também formação, mas principalmente dedicada a profissionais que trabalham com crianças e jovens como é o caso das CPCJs, onde começou. Portanto, o estudo com as CPCJs em 2013/2014 foi o ponto de partida para uma série de ações que ocorreram naquele ano no âmbito do mesmo projeto com profissionais da CPCJ. A formação na Casa Qui é muito direcionada para os profissionais que trabalham com crianças e jovens. E também fazemos às vezes com os próprios jovens, e aí, regra geral, pedimos apoio à rede ex aequo, porque o trabalho com jovens em termos de sensibilização está principalmente aqui com a rede, e está muito bem, e nós fazemos estas colaborações que são muito enriquecedoras.

68

## Questão 2

Tinha-se falado no painel anterior da importância da informação ena questão da informação neste momento é muito importante a questão das *fake news*. Muito recentemente eu estava num bloco de psicólogos e de repente estava-se a falar de que era criminoso fazer bloqueadores hormonais a crianças de 5 anos, e eu disse: “Não se fazem bloqueadores hormonais a crianças de 5 anos porque não é necessário, faz-se na altura da puberdade”. E, portanto, o que é que nós podemos fazer para parar com estas *fake news* que são campanhas de ódio?

Para a Catarina [Rêgo Moreira] queria pôr uma questão. Quando os jovens precisam de ser institucionalizados, eu por aquilo que percebo, os jovens continuam a ser institucionalizados em meios não protegidos. E se tu achas que é esta a estratégia que se deveria continuar a fazer, ou se, apesar do risco de *guetização*, se devia haver um espaço seguro para estes jovens, inclusivamente com talvez alguma articulação com outro problema que nós temos que é o dos seniores, que também, como tu sabes, nem na população hetero os seniores são tratados com respeito quanto mais na população LGBT e se isso deveria ser pensado, talvez num espaço inclusivo que os jovens pudessem trocar experiências com a população sénior e que isso fosse um espaço seguro e ao mesmo tempo não sendo um gueto, como é que isso poderia ser feito?

### **Catarina Rêgo Moreira (Casa Qui)**

A questão da institucionalização, sim, até agora as crianças e jovens LGBTI estão em respostas generalistas, como todas as outras, e daí muitas vezes aparecem as situações de revitimização como expus. A questão de haver um sitio específico, este é um dos projetos da Casa Qui, portanto haver uma casa onde estes/as, principalmente jovens, por causa da questão da maioridade, etc, porque a ideia não é ser um acolhimento de emergência, é um projeto um pouco diferente. Mas a ideia é que isto exista momentaneamente para ir apoiando situações que de facto estão a ser neste momento muito complicadas e muito duras para as crianças e jovens. E muitas vezes não há especificamente para onde encaminhar as pessoas. E quando falamos de crianças ou jovens trans esta dificuldade redobra-se, e, portanto, o ideal seria que as respostas que existem, que são várias, tivessem capacidade de receber todas as crianças e jovens, independentemente das suas categorias de pertença e que muitas vezes são múltiplas e se interseccionam. Enquanto não temos capacidade de todas as respostas que isto aconteça, pode fazer sentido haver uma resposta específica que ajude a colmatar aqui o que neste momento ainda falta e o que neste momento são as dificuldades e os desafios. Há na zona norte uma casa abrigo para pessoas LGBTI, que é a primeira no país, para população adulta maior de 18 anos e, portanto, é a primeira que existe e estamos a trabalhar para que seja também uma realidade para crianças e jovens, mas sempre com este horizonte de que daqui a uns tempos seja possível as coisas serem de forma diferente e as respostas generalistas estarem preparadas para dar resposta.

## Manuela Ferreira (AMPLOS)

Em relação às *fake news* que hoje se falam, como calculam ninguém as consegue controlar. Elas, saem, brotam com uma facilidade sobre estes assuntos e outros e as pessoas habituaram-se um bocado a dizer: “Ah está na internet, é verdade!”. E temos de ser nós também com o nosso bom senso ver que há muita coisa sem nexos que diz na internet. Nós recebemos às vezes até os próprios pais: “ah, mas eu li na internet que há um psicólogo que faz uma terapia quase de regressão”. Isso é um bocado aquilo a que os pais se agarram quando estão naquele limbo: “Isto é qualquer coisa que vai passar e que se houver ali aquele Senhor Doutor que o vai pôr bom, a gente agarra-se a isso”. Claro que nós tentamos desmantelar aquilo que conseguimos, porque não conseguimos controlar tudo o que aparece na net. É desmantelar as coisas e explicar às pessoas que: “O seu filho não tem nada de errado, atenção!” Mas isso acontece até em pais que já estão na AMPLOS, portanto já começaram a fazer o seu caminho. Ainda noutro dia apareceu-me uma coisa muito engraçada: a mãe de um jovem trans, que eu ainda não consegui perceber em que estágio é que a mãe está. A mãe está lá e volta para trás, depois vai à frente e volta. E noutro dia mandou-me uma notícia desse género e só escreveu isto: “Dá que pensar”. Eu efetivamente, eu vou ser franca, eu estava num período não muito bom e ia ser operada e não me apeteceu dar resposta, vou ter agora, que já estou a regressar, de falar novamente com ela e dizer: “Pois, pois, dá que pensar a parvoeira que se vai dizendo por esse mundo fora”. Por que isto é muito complicado. A regressão existe é por parte dos pais, que já lá estão e que de repente, porque dizem, ouvem, ou sei lá, e voltam atrás, numa coisa que não há volta a dar. Houve ali uma frase que estava ali no Powerpoint da Catarina: “Não é uma fase, não é uma escolha”. Ninguém escolhe caminhos difíceis, o caminho das pedras é para quem gosta de construção civil, só de certeza, ou pedreiros, ou sei lá eu, ou arqueólogos. E uma coisa que eu me lembrei muito engraçada: quando estamos a falar com alguém e pelo seu aspeto achamos que a pessoa é isto ou aquilo, eu digo-vos uma coisa muito engraçada: eu tenho dois filhos homens, um gay e outro não, e quando eu comecei a aparecer a aparecer na televisão a falar sobre estes assuntos, eu nunca disse o nome do meu filho, porque não tenho que dizer, é o meu filho, acabou, e a maior parte das pessoas perguntava: “É o teu filho João, não é?”. E não é o João. Porque o João é diva, na verdadeira palavra maravilhosa, é o rapaz da camisa das flores, dos *blazers* azuis-bebés, dos anéis, dos cabelos compridos e de toda a casta de pulseiras e coisas e sei lá o quê, e é hétero! E o outro é o mais *low profile* que a gente conhece, portanto temos de pensar nisto. Às vezes

estamos a olhar e a pessoa pode não ser bem aquilo que a gente acha que é e temos de ter cuidado com a linguagem, isso é tão importante.

### **Fahim Cassam (rede ex aequo)**

Lembrei-me quando a Catarina estava a mostrar que nós temos de resolver internamente qualquer homo/bi/transfobia que tenhamos. Eu não sei se devia partilhar isto, mas eu quando em 2012 fui a um evento da AMPLOS, eu achava que já estava tudo resolvido e tal, eu lembro-me que ela estava lá nesse evento (uma psicóloga) da AMPLOS, e eu viro-me para ela num dos *coffe-breaks*: “Olha lá, isto é tudo muito bonito, mas vamos lá ser sinceros, um pénis foi feito para uma vagina!”. E ela conteve-se, engoliu a seco, e respondeu-me assim: “Se calhar tu foste formatado para pensar assim!”. E isso ajudou-me bastante, porque eu realmente, isso só nos mostra o heterossexismo que eu tinha bebido durante a vida toda, sendo eu gay, sendo eu uma pessoa que estava num evento da AMPLOS e que já fazia parte da rede ex aequo, não como voluntário, mas como participante, ou seja, até nós mesmos temos muita coisa ainda por resolver a aí comecei a refletir mais e a pensar que “Ok, eu tenho mesmo alguma homofobia internalizada”. É sempre importante nós próprios acharmos que não somos os donos da verdade.

## WORKSHOPS

## FAMÍLIA

Nome do Interveniente/Organização	Assunto/Palavras-chave	Conteúdos da Intervenção	Resultados/Discussão
<p><u>Margarida Faria</u> Fundadora da Associação AMPLOS</p> <p><u>Kirsten Sandberg</u> Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Oslo</p>	<p><u>Expectativas das famílias</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contentor emocional;</li> <li>- Sucesso;</li> <li>- Autonomia;</li> <li>- Segurança;</li> <li>- Tempo para estar junto;</li> <li>- Valorização de cada elemento da família;</li> <li>- Boa comunicação</li> <li>- Confiança;</li> <li>- Ser feliz.</li> </ul> <p><u>Causas das expectativas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- História familiar;</li> <li>- Cultura;</li> <li>- Desejo de integração;</li> </ul>	<p>A família como espaço de segurança pode ser o espaço mais seguro, mas pode também ser o menos seguro.</p> <p>A família constitui o primeiro local de crescimento e desenvolvimento da criança.</p> <p>Quando falamos em famílias (e não apenas em famílias com crianças LGBTI) pensamos em duas <u>questões fundamentais</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Expectativas;</li> <li>• Medos.</li> </ul>	<p>As causas dos medos e as expectativas são muitas vezes semelhantes.</p> <p>As principais questões estão muitas vezes associadas às questões internas das famílias/questões relacionais.</p> <p>A relação entre a família (nós), os outros (as pessoas mais próximas) e a sociedade gera, por vezes, ambientes de confronto, onde as expectativas e os medos têm um valor decisivo.</p> <p>Os medos podem ser protetores, mas também podem ser errantes.</p>

	<p>- Pertencer a uma comunidade; - Influência dos meios de comunicação social; - Sociedade.</p> <p style="text-align: center;"><u>Medos das Famílias</u></p> <p>- Do conflito; - Do desamparo; - De desiludir; - De sofrer maus-tratos; - De não ser bem-sucedido, a nível pessoal e social; - Da separação; - Da perda; - De abandono - De não conseguir perceber; - De não conseguir empatia; - Das expectativas; - Do passado; - Dos sonhos.</p> <p style="text-align: center;"><u>Causas dos medos</u></p> <p>- Políticas sociais; - Vulnerabilidade socioeconómica;</p>	<p><u>Palavras-chave comuns aos dois grupos</u> (G1 - expectativas e G2 - medos):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pertença;</li> <li>• Segurança.</li> </ul>	<p>É muitas vezes nessa dificuldade de gestão dos medos que se cometem os erros maiores.</p> <p>A integração das crianças LGBTI tem a ver com os medos das famílias.</p> <p>É muitas vezes um medo egoísta e protetor e que constitui uma visão interna da família, um olhar para dentro.</p> <p>Toda a nossa sociedade é heterossexista. É importante ajudar a construir uma sociedade na qual todos os cidadãos LGBTI gozem de plenos direitos.</p> <p>Hoje ainda há muita ignorância sobre o tema e uma grande confusão entre os valores familiares.</p> <p>Muitos pais e mães não têm com quem falar sobre o assunto.</p> <p>É importante falar sobre o assunto e integrar.</p>
--	--	---	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inseguranças internas;</li> <li>- Fragilidade emocional;</li> <li>- Sentimento de pertença;</li> <li>- Educação e valores;</li> <li>- Tradição;</li> <li>- A condição de pessoa humana;</li> <li>- Experiências passadas/traumas;</li> <li>- Famílias desestruturadas;</li> <li>- Proteção dos desejos.</li> </ul>		<p>É importante tornar visível, aos outros e à sociedade, de uma forma natural.</p> <p>A melhor forma de a família e de todos nós lidarmos com estas questões LGBTI é vir para a rua, falar sobre isso, porque o desconhecido passa, desta forma, a ser preenchido.</p> <p>Deve haver partilha em grupo e para o grupo que é a sociedade onde vivemos.</p>
--	---	--	--

Elaborado por Sofia Palacin Ferreira, estagiária na Comissão Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

## ESCOLA

Nome do Interveniente/Organização	Assunto/Palavras-chave	Conteúdos da Intervenção	Resultados/Discussão
<p><u>Fahim Cassam</u> Coordenador do projeto Educação LGBTI da rede ex aequo, uma associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- LGBTI</li> <li>- Escola</li> <li>- Informação</li> <li>- Inclusão</li> <li>- Categorização</li> <li>- Sexo</li> </ul>	<p>O workshop foi composto por três exercícios:</p> <p><u>Exercício 1:</u> No início do exercício foi escolhida uma vítima e foi-lhe pedida que saísse da sala. Dentro da sala foi pedido a todos os intervenientes que se juntassem num círculo no meio da sala. As instruções</p>	<p><u>Exercício 2:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Resultados: Com 1 “sim” ninguém se sentou; com 2 “sim” sentaram-se 2 pessoas; com 2 “sim” ninguém se sentou; com 4 “sim” ninguém se sentou; com 5 “sim” sentaram-se 2 pessoas; com 6 “sim” sentou-se 1 pessoa;</li> </ul>

<p>e apoiantes com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos em Portugal.</p> <p><u>Rubén Ávila</u> Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Autónoma de Barcelona, sendo responsável pela área da Educação na IGLYO – The International Lesbian, Gay, Transgender, Queer &amp; Intersex (LGBTQI) Youth and Student Organisation.</p>	<p>- Orientação Sexual - Identidade de género - Expressão de Género</p>	<p>dadas foram que escolhessem uma pessoa ao acaso e que a mesma iniciasse um gesto aleatório, gesto o qual o resto do grupo teria de reproduzir. O líder do grupo iria alterando os gestos e o grupo teria de automaticamente reproduzir os mesmos. O objetivo seria a vítima entrar na sala, colocar-se no meio do grupo e tentar perceber quem é o líder.</p> <p><u>Exercício 2:</u> As instruções dadas foram que iriam ser lidas um conjunto de frases e que o objetivo seria as pessoas contarem para elas próprias o número de frases que seriam verdadeiras para elas (número de frases com que se identificavam ou número de “sim”). O moderador indicou nove pessoas e pediu que as mesmas respondessem às perguntas imaginando que estão numa relação homossexual, sendo que os restantes intervenientes faziam o mesmo, imaginando que estão numa relação heterossexual. O objetivo era contarem para dentro.</p> <p>As frases foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Sou capaz de dar um beijo na boca da minha parceira ou do meu parceiro na estação de comboio”; “Sinto que a sociedade acha que a minha relação é válida”; “Posso-me casar legalmente com a minha parceira ou</li> </ul>	<p>com 7 “sim” sentou-se uma pessoa; com 8 “sim” sentou-se 1 pessoa; com 9 “sim” sentou-se 1 pessoa; com 10 e até ao 17 “sim” ninguém se sentou; com 18 “sim” sentou-se 1 pessoa; com 19 “sim” ninguém se sentou; com 20 “sim” sentaram-se 6 pessoas (poderá existir erros mínimos na contagem).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Discussão:</u> Desigualdade na sociedade ainda muito marcada, apesar da aproximação da igualdade em termos legais; Sociedade em si tem tanto peso como uma lei; Importância da mentalidade social; Observação de um tipo de discriminação suave e não flagrante; Importância de nos colocarmos no lugar do outro e de observar a injustiça que ainda está presente; Exercício bastante simples, mas ao mesmo tempo, com grande eficácia e causador de impacto. Importância do impacto visual do exercício.</li> </ul> <p><u>Exercício 3</u></p> <p><u>Afirmação 1</u></p>
---	---	--	--

	<p>o meu parceiro em Portugal”; “Posso-me casar legalmente com a minha parceira ou o meu parceiro na maior parte dos países”; “A relação que eu tenho nunca será motivo de discriminação para os nossos filhos”; “Posso beijar a minha parceira ou o meu parceiro livremente na rua sem o receio de ouvir insultos”; “Posso beijar a minha parceira ou o meu parceiro livremente na rua sem ter o receio de agressões físicas”; “Sinto-me confortável em apresentar a minha parceira ou parceiro como minha namorada ou namorado aos meus pais”; “Sinto-me confortável em apresentar esta pessoa á minha família alargada como namorada ou namorado”; “Sou capaz de andar de mãos dadas com esta pessoa na capital do meu país”; “Sou capaz de dançar com a minha parceira ou parceiro à vontade na maior parte das discotecas; “A minha relação nunca causa sentimentos de desconforto ou <i>stress</i> em alguns locais”; “A maior parte das religiões celebram e aceitam a minha relação”; “Sou capaz de andar de mãos dadas com esta pessoa na rua onde eu vivo”; “É fácil de falar desta minha relação em todas as escolas”; “Há muitos casais como o meu nas publicidades”; “É fácil de falar na minha relação no trabalho”; “Posso adotar uma criança em todos os</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Resultados:</b> 4 pessoas colocaram-se na posição de “Sim, concordo”, 12 pessoas no “Não, discordo”, e 1 pessoa no “Talvez” (podem existir erros de contagem).</li> <li>• <b>Discussão:</b> Questões de violência de género para com as mulheres, sendo as mulheres ainda um grupo vulnerável, maioritariamente vítimas de assédio, violência sexual; Problemática da privacidade principalmente na etapa da adolescência; Constantes justificações para não se juntarem as casas de banho, perpetuando o problema, sendo também uma justificação comum o caso da higiene; Discriminação das pessoas trans, sendo que as mesmas por vezes evitam a casa de banho pois sentem-se inseguras ao utilizar qualquer uma delas, não se sentindo aceites em nenhuma; Uniformização das casas de banho, colocando apenas cabines fechadas, tornando possível o acesso a todas as pessoas com o nível devido de privacidade.</li> </ul> <p><b>Afirmação 2</b></p>
--	--	--

		<p>países do mundo”; “Eu e o meu parceiro ou a minha parceira temos acesso a algum tipo de procriação medicamente assistida”; “Seria capaz de demonstrar afeto à minha parceira ou ao meu parceiro em frente aos meus pais”.</p> <p><u>Exercício 3:</u> As instruções dadas aos participantes foram que os mesmos formassem uma fila indiana no meio da sala e que novamente iriam ser lidas um conjunto de afirmações. Caso os participantes concordassem com a afirmação, com base na sua opinião pessoal, iriam colocar-se no lado direito do moderador, sendo o lado direito o “Sim, concordo”. Caso não concordassem com as afirmações colocar-se-iam no lado esquerdo, o lado do “Não, discordo”. Caso a resposta fosse “talvez” os participantes poderiam ficar no meio, mas foi-lhes pedido que tentassem tomar uma posição de “Sim” ou “Não”.</p> <p>As afirmações foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Casas de banho de género separado são melhores”;</li> <li>• “Pessoas com menos de 16 anos devem ter acesso ao tratamento hormonal, em circunstâncias de identidade de género”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Resultados:</u> 8 pessoas tomaram a posição de “Sim, concordo”, 6 pessoas tomaram a posição de “Talvez” e 4 pessoas tomaram a posição de “Não, discordo” (podem existir erros de contagem).</li> <li>• <u>Discussão:</u> Necessária justificação científica e médica do procedimento; Necessidade de a decisão ser tomada de forma informada e pensada; Grande parte das pessoas identificam-se com um determinado género desde cedo; Raparigas tomam a pílula desde cedo; Adiar o sofrimento da pessoa, impedindo a transição, só aumenta a possibilidade de se desenvolver uma patologia como a depressão; Pessoa trans significa que a mesma não se identificou com o género com que nasceu, mas não significa que a mesma tenha de se identificar com um dos dois géneros; Necessidade de se perder a classificação de género; Diferença entre sexo biológico, orientação sexual, identidade de género e expressão de género; Termo trans é um termo mais global e inclusivo; Importância da mentalidade e da</li> </ul>
--	--	--	--

			<p>maturidade; Etapas de desenvolvimento; Problemática de que a sociedade está cada vez mais infantilizada; Necessidade de existirem categorias na sociedade pois estas são organizadoras; os rótulos são ferramentas úteis que podem servir para ajudar, e que está na mão da sociedade a sua boa ou má utilização; Falta de informação acerca do assunto.</p>
--	--	--	---

Elaborado por Verónica Antunes, estagiária na Comissão Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

## ACOLHIMENTO DE JOVENS

Nome do Interveniente/Organização	Assunto/Palavras-chave	Conteúdos da Intervenção	Resultados/Discussão
<p><u>Catarina Rêgo Moreira e Julian Mendes</u> Casa Qui – Associação de Solidariedade Social</p> <p><u>Sarah Blakemore</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- LGBTI</li> <li>- Acolhimento de jovens</li> <li>- Atendimento aos jovens</li> <li>- Espaço físico</li> <li>- Rede de suporte</li> </ul>	<p>O workshop teve início quando foi pedido aos participantes para cada um fazer uma breve apresentação de si, dizendo os seus nomes e uma explicação da razão pela qual escolheu este workshop. A Catarina Moreira, dando início às apresentações começou por dizer o seu nome e a preferência sobre o pronome que gosta de ser chamada. Quando todos os</p>	<p>Após alguns minutos de diálogo nos grupos, deu-se início à partilha das conclusões encontradas pelos grupos para cada situação.</p> <p><u>Situação 1:</u></p>

<p>Keeping Children Safe – Organização especializada em Boas Práticas e Políticas Institucionais na Proteção de Crianças - Reino Unido</p>	<p>- Inclusão - Sexo ≠ Género - Identidade de género</p>	<p>participantes acabaram as suas apresentações, explicou que o objetivo das apresentações era para fazer um ponto de ligação com o workshop “Hoje vamos mais além do acolhimento residencial”, considerando que a maneira mais adequada de acolher alguém é perguntando como prefere ser tratado, qual o seu nome e pronome. Embora a maioria dos participantes não tenha mencionado qual o pronome que preferiam ser tratados, era esse o objetivo das apresentações para introduzir os participantes no assunto do workshop.</p> <p>Em seguida dividiu-se os participantes em 3 grupos (dois grupos de 3 participantes e um grupo de 4 participantes), cada pessoa recebia um papel com uma letra.</p> <p>Um grupo tinha de se juntar e formar a sigla “LGBT” e os outros dois grupos cada um tinha de formar as siglas “LGB”.</p> <p>Foi distribuído por cada grupo um caso único, cada grupo tinha uma situação diferente para resolver perante aquele caso (anexos):</p>	<p>“Imaginem que o Emanuel, depois de muito tempo a ganhar coragem, decide falar com um/a profissional que são vocês. Como guiariam este atendimento? (Sabendo que o jovem não revelou de antemão o motivo do mesmo)”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O grupo entre si decidiu que fariam um atendimento no contexto escolar. O grupo considerou o facto de o jovem não mencionar previamente o motivo do pedido de ajuda, então pensaram em instrumentos que ajudassem na comunicação com o jovem. Utilizar um instrumento como um baralho de cartas das emoções, com um jogo de memória. Em que as cartas seriam as emoções de um rapaz e de uma rapariga. Pretendiam falar sobre todas as emoções que possam sentir um rapaz e uma rapariga. Refletiram também, que como o jovem é de uma aldeia pequena, poder-se-ia usar a internet como ferramenta para este jovem se inserir em grupos com pessoas com quem se</li> </ul>
--	--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situação 1 - Atendimento do jovem (Como guiariam o atendimento ao jovem descrito no caso?)</li> <li>• Situação 2 - Espaço do atendimento para este jovem (Como poderíamos tornar este espaço adequado e seguro para este jovem?)</li> <li>• Situação 3 - Rede de suporte (Que recursos de apoio ativar neste caso?)</li> </ul> <p>O caso em anexo, fala de um jovem de 15 anos que vive numa pequena aldeia, que depois de muita coragem decide pedir ajuda profissional devido ao facto de há muito tempo se debater com questões relacionadas com a sua identidade de género enquanto rapaz, não coincidente com o sexo feminino que lhe foi atribuído ao nascimento.</p> <p>O objetivo dos grupos é conversarem sobre o caso em conjunto e em seguida partilharem com todos o que faziam em cada situação combinada em grupo.</p>	<p>identifique e que possam partilhar as suas experiências.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O grupo sugeriu ainda técnicas de entrevista para ajudar a desbloquear o receio do jovem falar.</li> </ul> <p>A Catarina Moreira interveio reforçando que temos de ter atenção às questões binárias (pois podem ser sensíveis nestes jovens). Quando falamos com estes jovens temos de assumir que existe um espectro nas questões de identidade de género e orientação sexual. Os jogos com características binárias podem ser impeditivos da criança/jovem se sentir confortável e segura para falar.</p> <p>Frisou ainda que a parte lúdica da intervenção é muito interessante, porém é necessária uma comunicação inclusiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A confidencialidade foi considerada pelo grupo uma mais valia e é extremamente importante reforçar esta questão para se estabelecer uma relação de confiança.</li> </ul>
--	--	---	--

			<ul style="list-style-type: none"><li>• Os grupos mencionaram como técnica de entrevista muito importante, a escuta ativa e todos concordaram com a importância de fazer também uma auto-reflexão: “Como é que estou para este tema?”.</li><li>• É natural todos nós termos estereótipos criados e muito enraizados em nós; frisaram que é um processo moroso.</li><li>• Os grupos comentaram também a importância que o corpo tem em cada ser humano. Uma pessoa pode identificar-se com o género feminino, no entanto tem um corpo masculino, desejar alterar o corpo para se sentir bem, ou então não querer fazer alterações físicas e sentir-se bem desta maneira.</li><li>• A Catarina Moreira voltou a reforçar que a questão da linguagem é extremamente importante. “Se não sabemos como a criança/jovem se identifica como vamos comunicar melhor com ela?” por isso e</li></ul>
--	--	--	--

			<p>especialmente no atendimento é importante uma linguagem adequada.</p> <p>Dando um exemplo: “Hoje pareces-me cansado” → (Linguagem inclusiva) “Hoje aparentas algum cansaço”.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Questionou-se as siglas LGBTI, sendo que era preferível que não houvesse tantos nomes porque acaba por suscitar mais “caixinhas” onde nos podemos inserir. Era preferível que fossemos todos pessoas sem rótulos independentemente da sexualidade ou identidade de género. Explicou-se então que a ideia das siglas apareceu inicialmente para este grupo de pessoas deixar de ser ‘invisível’, a sigla tem impacto e marca um movimento.</li><li>• Uma participante questionou se estas siglas podem causar sentimentos de pertença a adolescentes que necessitem de pertencer a algo?</li></ul>
--	--	--	---

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estas crianças/jovens crescem sem modelos de referência, porque no geral todos crescemos com modelos heterossexuais.</li> <li>• Refletiu-se sobre o facto de que é preciso percorrer este caminho de “mais caixas” LGBTI para alcançarmos um dia sem preconceito onde realmente acreditarmos que somos todos pessoas e que independentemente da sexualidade ou identidade de género o que importa é sermos felizes e sentirmo-nos seguros.</li> </ul> <p><u>Situação 2:</u> “Imaginem que o Emanuel, depois de muito tempo a ganhar coragem, decide vir ao vosso espaço para um atendimento. Como poderiam tornar o vosso espaço acolhedor e seguro para o Emanuel?”</p> <p>Neste contexto o grupo sugeriu:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Posters e flyers</li> <li>- WCs sem género</li> </ul>
--	--	--	---

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhimento residencial - adequado com quartos individuais nos apartamentos de autonomia</li> <li>- Espaço para partilhas e testemunhos (modelos)</li> <li>- Livros sobre a questão LGBTI</li> <li>- Privacidade</li> <li>- Formação a todo o <i>staff</i> envolvido e supervisão.</li> </ul> <p><u>Situação 3:</u> “Imaginem que o Emanuel, depois de muito tempo a ganhar coragem, decide falar com um/a profissional que são vocês e relata-vos tudo o que está a sentir e a passar. Que recursos seriam importantes ativar, e de que forma, no sentido do trabalho em rede para apoiar o Emanuel neste momento?”</p> <p>Este grupo partiu do pressuposto que o jovem ia falar com a diretora de turma e construiu uma história. A diretora de turma encaminha o caso para a psicóloga da escola.</p>
--	--	--	---

			<p>A psicóloga dá apoio a este jovem e encaminha o jovem para um grupo existente na escola de partilha sobre as questões LGBTI (frisando aqui a importância da existência de grupos de suporte para estes jovens). Posto isto, o jovem criou um grupo de amigos com quem fala abertamente. E visto que a diretora de turma é uma pessoa de referência para este jovem, esta decide tentar chegar à família da melhor maneira para se começar a abordar o tema e oferecer ao jovem uma rede de suporte ainda maior. Dando a ideia no fim que esta família podia juntar-se às famílias AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género), criando assim também apoio para os pais.</p>
--	--	--	--

## RESPOSTA DE EMERGÊNCIA

Nome do Interveniente/Organização	Assunto/Palavras-chave	Conteúdos da Intervenção	Resultados/Discussão
<p><u>Margarida Alonso</u> Casa Qui – Associação de Solidariedade Social</p> <p><u>Leigh Fontaine</u> The Albert Kennedy Trust (Reino Unido)</p>	<p><u>Role-playing</u></p> <p><u>Atores:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Jovem transgénero (ele) que vive em ambiente hostil, na família e na comunidade e que pede ajuda</li> <li>- Polícia</li> <li>- Mãe da namorada</li> <li>- Linha de emergência</li> <li>- Casa de acolhimento</li> </ul>	<p>O jovem pede ajuda, porque é agredido verbal e fisicamente pela mãe e pelo pai, que o isolaram socialmente. Não é aceite na comunidade e tem pensamentos suicidas recorrentes. Pede ajuda às seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O polícia, que não demonstra qualquer interesse em ajudar, nem em saber o que se passa;</li> <li>- A mãe da sua namorada, que lhe dá apoio, que lhe oferece a sua casa, se ele quiser sair da casa dos pais e o encaminha para uma linha de emergência;</li> <li>- A linha de emergência, que desvaloriza a reação dos pais do jovem;</li> <li>- A casa de acolhimento, que discrimina, desrespeitando a individualidade do jovem, mas indicando que é para o seu próprio bem.</li> </ul>	<p>Fatores de risco identificados pelo grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desinteresse, impermeabilidade, falta de empatia e desvalorização do pedido de ajuda;</li> <li>- Invisibilidade do problema vs. desconhecimento da área da promoção e proteção;</li> <li>- Poder “parar” de pedir ajuda;</li> <li>- Consequências legais/sociais para família de acolhimento/ companheir@;</li> <li>- Desvalorização da reação dos pais;</li> <li>- Falta de formação e competências por parte da equipa técnica, nesta área;</li> <li>- Os técnicos não trabalharem estas questões dentro de si;</li> <li>- Sem escuta ativa por parte dos técnicos;</li> <li>- Desrespeito pela individualidade.</li> </ul> <p>Boas práticas identificadas pelo grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Demonstrar interesse e empatia;</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deixar falar/saber ouvir;</li> <li>- Promover os direitos das crianças e jovens;</li> <li>- Promover boa experiência no momento do pedido de ajuda/ emergência;</li> <li>- Tratar o/a jovem com dignidade;</li> <li>- Apoio/ mostrar alternativas;</li> <li>- Acompanhar a vítima;</li> <li>- Afastamento do agressor;</li> <li>- Não banalizar uma má prática de um@ técnic@ ou a violência doméstica;</li> <li>- Empoderar a vítima;</li> <li>- Equipas multidisciplinares;</li> <li>- Promover o respeito pela diversidade nas casas de acolhimento;</li> <li>- Formação e promoção de competências relacionadas com a temática LGBTI, por parte da equipa técnica;</li> <li>- Criar redes de apoio entre as instituições para dar a resposta adequada.</li> </ul>
--	--	--	--

Elaborado por Lúcia Amaral, técnica superior do Núcleo de Comunicação e Eventos da Comissão Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**Margarida Alonso**

Técnica de Serviço Social no Gabinete de Apoio à Vitima – Juventude LGBTI da Casa Qui Licenciada em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa, completou a sua formação em Inglaterra diretamente no terreno. Trabalhou na Five Rivers Child Care, onde acompanhou jovens em situações problemáticas e com problemas comportamentais, e recebeu formação especializada nessa área. Possui prática na área LGBTI e juventude, através do trabalho voluntário de subcoordenação da Linha LGBT da ILGA Portugal e de apoio à Direção na AMPLOS - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género. No âmbito das competências interpessoais, conta ainda com formação internacional de Yoga e a prática como professora para pessoas adultas e jovens.

Vamos então fechar. Eu quero desde já agradecer a todas as pessoas presentes por terem vindo. Nós estamos muito orgulhosos e orgulhosas pelo número que recebemos hoje de inscrições. As respostas foram maiores do que nós estávamos à espera de número limite. Portanto agradeço imenso a vossa presença, inscrição e vinda.

É realmente um tema importante a debater hoje em dia, como já vimos. Que há muitas particularidades e o melhor é mesmo recebermos e trabalharmos estas ferramentas, para desenvolver e tratar de casos críticos que as crianças e jovens ainda sofrem hoje em dia. E nós vemos isso. Há muita gente aqui a trabalhar diretamente com estas crianças e jovens, e vêm aqui partilhar. Eles aparecem, estão aqui, estão à nossa porta e agora o que é que nós fazemos?

Portanto o trabalho em rede, utilizar estas ferramentas, ir a conferências, ler, ou partilhar, telefonar, ou reunir até, é fundamental. Penso que estas ferramentas, e espero, que tenham sido um pouco passadas em cada um dos workshops, de acordo com o que escolheram, porque esta passagem de trabalho não é só teórica. É também muito importante saber, no momento em que temos a criança à nossa frente, o que é que nós fazemos. Desenvolver estas ferramentas é essencial para trabalharmos com estas crianças e jovens, em temas particulares como LGBTI.

Para finalizar foi um privilégio a Casa Qui organizar este evento. Quero agradecer à extraordinária equipa que montou este evento de hoje, aos nossos parceiros: a Comissão Nacional de Proteção e Promoção de Direitos das Crianças e Jovens, aos tradutores *Thornton - Language and Communication*, que foram impecáveis, ao catering que a comida estava espetacular, ao Julian Mendes que fez os 2 bolos vegan para hoje, para algumas pessoas que precisavam. Não me quero esquecer de ninguém. E ao importante apoio da CIG [Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género] que sem o apoio financeiro não havia este encontro, obviamente. E, por último, aos voluntários que estiveram aqui hoje, porque sem eles não temos mãos suficientes para construir o mundo.

#### **Maria do Rosário Farmhouse**

Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens Licenciada em Antropologia pela Universidade Técnica, iniciou a sua vida profissional na Caritas Diocesana de Lisboa e fez carreira no Serviço Jesuíta aos Refugiados, onde desempenhou funções de direcção entre 2003 e 2008. Durante seis anos, assumiu a liderança do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, o actual Alto Comissariado para as Migrações.

89

É um gosto estar aqui, mas não vou falar muito tempo, visto que estiveram o dia inteiro com trabalho muito intenso e proveitoso.

Fui tendo feedback, pela equipa que cá esteve, de que correu muito bem e as minhas primeiras palavras são de felicitação: à Casa Qui, pelo evento e pela iniciativa do tema; à Citeforma, por possibilitar a realização do encontro neste magnífico espaço. Pudemos discutir este tema, tão importante, e reforçar a necessidade de dias como este para o conhecermos melhor.

Ninguém ama o que não conhece. E quando não conhecemos temos tendência – e já falaram aqui ao longo do dia – para os preconceitos, os pré-conceitos, os estereótipos, pela necessidade que nós humanos temos de encaixar a sociedade em gavetas e quando não cabe na gaveta, surge a dificuldade em perceber, reforçando que temos de conhecer para conseguir compreender.

Isso foi o que fizeram aqui hoje. Da parte da Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, a nossa preocupação é proteger todas as crianças em perigo, independentemente de todas as circunstâncias que possam surgir. Esta é uma área que muito nos desafia, porque sabemos que crianças LGBTI+ estão mais sujeitas à violência e ao perigo do que quaisquer outras. Muitas vezes, estas dificuldades e maus tratos psicológicos começam na família nuclear e na família alargada e, como sabemos, mantêm-se na sociedade em geral, nas escolas, nos meios onde estão e com quem interagem. É fundamental um trabalho continuado, articulado, sistémico, nesta matéria de promoção dos direitos de todas as crianças, enquanto sujeito de direitos, com respeito máximo pelas suas características. E, nesse sentido, para nós Comissão Nacional, é também muito importante podermos, no futuro, desenhar possibilidades para, cada vez mais, capacitar os nossos membros das 309 CPCJs, sobre temas tão importantes quanto este aqui hoje trabalhado.

Não me vou alongar muitos mais, sei que foi um dia rico e intenso e que estarão certamente muito cansados. Quis aqui vir para vos dar os parabéns pelo que fazem. Continuem e não desanimem! Acredito que todos juntos podemos mudar a sociedade. Acredito que a educação para os valores - que começa em casa – tem um papel fundamental e tenho esperança que possa, cada vez mais, ser espalhada e reforçada.

Numa reunião em que estive, sobre o direito à educação, falava-se muito do ranking das escolas e eu disse que era importante termos um ranking para os valores. Se calhar, em vez de se fazerem outros exames no final dos 12 anos, os exames fundamentais para o acesso à Universidade serem, para além de Português e Matemática, também de Cidadania. Quando começarmos a valorizar a importância que damos à cidadania, estamos a construir uma sociedade melhor. Enquanto nos fixarmos numa sociedade que se preocupa apenas com alguns resultados sem pensar nos seus valores fundamentais, não estamos a fazer um bom trabalho. Eu lancei esse desafio no encontro do direito à educação. Claro que tenho algumas dificuldades com o que possa ser imediatamente aceite. Ainda assim, acredito que vale a pena tentar e gostava que houvesse um ranking das escolas que melhor cidadania desenvolvem e dos alunos que mais capacidade e conhecimento têm nesta matéria.



Mas o caminho faz-se caminhando e é com momentos como este que lá chegaremos. Portanto, parabéns pelo dia, eu sei que foi intenso, mas muito rico. É o primeiro de vários outros encontros. Da nossa parte, foi um gosto integrar esta parceria.

Espero que, quem veio de fora chegue bem a casa e que façam boa viagem. Quero também agradecer a todas as pessoas, que ao longo do dia, de uma forma ou doutra, participaram no encontro, seja como oradores, seja como relatores, nos diversos workshops. Termino agradecendo a presença de todas e de todos e desejar muitas felicidades. Vamos continuar a fazer caminho. Muito obrigada. Foi um prazer estar aqui convosco.



## FICHA TÉCNICA

### **Atas do Encontro Nacional**

### **Conhecer para Proteger: Promover os Direitos das Crianças e Jovens LGBTI**

**6 de dezembro de 2018**

Autoria: Casa Qui – Associação de Solidariedade Social

Coordenação de Projeto: Margarida Alonso e Rita Paulos

Revisão: Catarina Rêgo Moreira, Margarida Alonso, Rita Paulos e Sara Silva

Relatores: Bruno Brito, Julian Mendes, Lúcia Amaral, Maria Gama, Sara Cintra, Sofia Palacin Ferreira, Verónica Antunes

Capa: Madideias

Lisboa, dezembro 2019

© Casa Qui – Associação de Solidariedade Social

Email: geral@casa-qui.pt

Endereço: Casa da Cidadania do Lumiar, Largo das Conchas nº 1, 1750-155 Lisboa

Este documento foi subsidiado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) no âmbito do “Concurso para seleção de projetos no âmbito do Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais LGBTI”